

Positivo Tecnologia S.A. e Empresas Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Positivo Tecnologia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Positivo Tecnologia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Positivo Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Realização de créditos tributários, incluindo impostos diferidos ativos

Por que é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Conforme divulgado nas notas explicativas nº 9 e nº 22 às demonstrações financeiras, a Companhia possui créditos tributários relevantes decorrentes de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, nos montantes de R\$119.638 mil e R\$63.410 mil, respectivamente. Para suportar a realização desses créditos tributários, a Administração da Companhia elaborou projeções de resultados futuros e de operações de utilização dos créditos de ICMS.</p> <p>Este tema foi considerado um PAA em virtude dos seguintes aspectos: (a) os valores envolvidos são materiais para a auditoria; (b) as projeções elaboradas pela Companhia envolvem julgamentos complexos e subjetivos sobre a geração de lucros tributáveis futuros e, consequentemente, realização dos créditos tributários em aberto na data-base 31 de dezembro de 2018; (c) as projeções incluem premissas referentes ao desempenho da economia brasileira e do segmento de atuação da Companhia e à ampliação de atividades comerciais e de transferência de créditos de ICMS; (d) as incertezas inerentes ao processo de determinação de estimativas de realização dos créditos tributários; e (e) houve forte interação com a administração da Companhia na discussão desse assunto.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relacionados à realização de créditos tributários; (ii) avaliação e desafio das premissas significativas utilizadas nas projeções futuras, bem como da consistência das principais premissas utilizadas pela Administração com dados históricos e informações disponíveis de mercado; (iii) revisão da acurácia matemática das projeções; e (iv) avaliação da consistência dos principais componentes das projeções com as metodologias de apuração atuais. Nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, entendemos que os critérios de reconhecimento e valorização dos créditos tributários de ICMS e Impostos Diferidos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Reconhecimento da receita

Por que é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Conforme divulgado nas notas explicativas nº 25 e nº 27 às demonstrações financeiras, a Companhia realiza parte significativa de suas vendas para os segmentos operacionais representados por vendas ao mercado varejista e a entidades governamentais, substancialmente no mercado nacional. A receita dessas operações é reconhecida após o faturamento e o atendimento das condições estabelecidas pelas normas contábeis quanto ao reconhecimento da receita, conforme divulgado na nota explicativa nº 2.20 às demonstrações financeiras.</p> <p>Essas operações de venda são relevantes e pode haver intervalo de tempo entre o momento da emissão das notas fiscais de venda dos produtos e o momento em que a Companhia satisfaz a sua obrigação de desempenho e transfere o controle dos produtos vendidos aos varejistas e às entidades governamentais.</p> <p>Por esse motivo, a Companhia monitora o prazo de entrega a esses clientes e procede aos ajustes de reversão da receita operacional para que esta reflita somente as vendas que atenderam a todos os critérios contábeis para reconhecimento até a data-base das demonstrações financeiras.</p> <p>Este tema foi considerado um PAA em virtude dos seguintes aspectos: (a) o valor das transações de vendas sujeitas ao monitoramento de prazo de entrega é material; (b) os controles internos implementados pela Companhia são individualizados por transação para determinação dos eventuais ajustes na receita operacional; (c) houve adoção de novo pronunciamento contábil relacionado ao reconhecimento da receita no exercício de 2018; (d) houve forte interação com a administração na discussão desse assunto.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria relacionados ao reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relacionados ao reconhecimento da receita no correto período de competência; (ii) execução de testes substantivos sobre os ajustes de reversão da receita registrados pela Companhia sobre transações de vendas que não atenderam ao critério de reconhecimento; e (iii) testes da integralidade dos ajustes registrados pela Companhia, através de seleção de transações de receitas ocorridas próximas ao encerramento do exercício. Nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, entendemos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 25 de março de 2019



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR



Otávio Ramos Pereira
Contador
CRC nº 1 RS 057770/O-2

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO						PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
ATIVO	Nota	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017		Nota	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	356.892	377.863	393.348	387.826	Fornecedores	16	347.559	449.830	416.698	485.885
Instrumentos financeiros derivativos	33	2.740	8.484	2.740	8.484	Fornecedores - Convênio	17	32.562	256	32.562	256
Contas a receber	7	192.456	267.891	235.282	276.246	Empréstimos e financiamentos	18	519.434	439.705	519.434	439.705
Estoques	8	472.809	467.577	534.726	506.539	Instrumentos financeiros derivativos	33	118	-	242	-
Partes relacionadas	11	64.156	23.536	21.103	12.383	Salários e encargos a pagar	17	2.230	19.668	18.205	20.122
Impostos a recuperar	9	123.428	139.232	129.445	142.158	Provisões	19	68.083	84.429	75.065	84.429
Adiantamentos diversos		54.123	50.613	65.747	53.944	Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	23	4.139	5.387	4.139	5.387
Outros créditos	10	34.124	23.578	36.349	23.752	Tributos a recolher	20	16.558	35.317	21.563	35.970
		1.300.728	1.358.774	1.418.740	1.411.332	Dividendos a pagar	24.e	3	3	3	3
						Receita diferida	10 e 21.a	9.346	10.115	9.346	10.115
						Partes relacionadas	12	5.858	4.592	755	3.814
						Outras contas a pagar	21.b	6.371	4.008	13.874	5.096
								1.027.261	1.053.310	1.111.886	1.090.782
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	18	90.801	91.602	90.801	91.602
Contas a receber	7	28	262	28	262	Provisões	19	14.060	9.216	14.060	9.216
Impostos a recuperar	9	75.486	75.568	75.507	75.586	Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	23	32.921	33.092	32.921	33.092
Tributos diferidos	22	63.410	66.731	64.744	66.731	Partes relacionadas	12	-	-	5.500	-
Outros créditos	10	52.164	6.990	52.261	7.082	Passivo a descoberto em controladas e joint ventures	13 e 14	3.906	459	460	459
		191.088	149.551	192.540	149.661	Outras contas a pagar	21.b	2.885	2.331	23.993	2.333
								144.573	136.700	167.735	136.702
								1.171.834	1.190.010	1.279.621	1.227.484
TOTAL DO PASSIVO						TOTAL DO PASSIVO					
Investimento em controladas	12	88.354	69.286	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Investimento em empreendimento controlado em conjunto ("joint venture")	13	6.927	21.443	39.784	53.604	Capital social	24.a	389.000	389.000	389.000	389.000
Investimento em coligadas	12	8.303	-	8.303	-	Reserva de capital	24.b	119.117	118.512	119.117	118.512
Imobilizado	14	42.983	49.403	50.746	57.092	Ajuste de avaliação patrimonial		(41.741)	(45.097)	(41.741)	(45.097)
Intangível	15	42.441	47.928	79.416	62.170	Reserva de lucros	24.c	61.843	67.069	61.843	67.069
		189.008	188.060	178.249	172.866	Ações em tesouraria	24.f	(19.229)	(23.109)	(19.229)	(23.109)
						Participação de Não Controladores		-	-	918	-
		380.096	337.611	370.789	322.527			508.990	506.375	509.908	506.375
TOTAL ATIVO						TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		1.680.824	1.696.385	1.789.529	1.733.859			1.680.824	1.696.385	1.789.529	1.733.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
RECEITA LÍQUIDA	25	1.948.484	1.903.447	1.951.337	1.913.608
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	26	(1.427.465)	(1.408.903)	(1.436.949)	(1.420.259)
LUCRO BRUTO		521.019	494.544	514.388	493.349
Despesas com vendas	26	(338.432)	(332.112)	(336.909)	(332.140)
Despesas gerais e administrativas	26	(102.766)	(96.808)	(105.148)	(98.920)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		5.584	(17.087)	5.610	(17.087)
Resultado da equivalência patrimonial	12 e 13	(15.964)	(9.596)	(2.927)	(6.125)
		(451.578)	(455.603)	(439.374)	(454.272)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		69.441	38.941	75.014	39.077
Receitas financeiras	28	38.651	63.246	48.130	65.135
Despesas financeiras	28	(99.549)	(125.142)	(104.563)	(126.720)
Variação cambial, líquida	28	1.690	(21.080)	(8.348)	(21.479)
		(59.208)	(82.976)	(64.781)	(83.064)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS		10.233	(44.035)	10.233	(43.987)
Imposto de renda e contribuição social correntes	22.b	(7.373)	-	(7.373)	(48)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.b	(3.321)	(3.516)	(3.321)	(3.516)
		(10.694)	(3.516)	(10.694)	(3.564)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(461)	(47.551)	(461)	(47.551)
Atribuível aos Controladores		N/A	N/A	(461)	(47.551)
Atribuível aos não Controladores		N/A	N/A	-	-
PREJUÍZO POR AÇÃO - R\$					
Básico	30	(0,0053)	(0,5524)	N/A	N/A
Diluído	30	(0,0053)	(0,5475)	N/A	N/A

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Resultado líquido do exercício		(461)	(47.551)	(461)	(47.551)
Outros resultados abrangentes					
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado					
Diferença de Câmbio na conversão de operações no exterior					
Variação cambial sobre investimentos no exterior					
Crounal S.A./PBG Uruguay S.A.	12	7.889	1.308	7.889	1.308
Informática Fuego S.A.	13	(4.244)	(5.217)	(4.244)	(5.217)
Positivo Inf. da Bahia/PBG Rwanda Limited	12	304	(159)	304	(159)
Positivo Argentina S.R.L		30	-	30	-
Hedges de Fluxo de Caixa					
Valor justo de instrumento financeiro de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	33.c	(623)	(2.855)	(623)	(2.855)
		3.356	(6.923)	3.356	(6.923)
Resultado abrangente do exercício		2.895	(54.474)	2.895	(54.474)
Resultado abrangente atribuído aos controladores				2.895	(54.474)
Resultado abrangente atribuído aos não controladores				-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

Controladora e Consolidado												
Nota	Capital Social	Reserva de capital		Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Ações em tesouraria	Prejuízo do exercício	Total do patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado	
		Reserva de incentivos fiscais	Opções outorgadas reconhecidas		Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal						
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		389.000	118.305	620	(38.174)	119.687	81	(30.274)	-	559.245	-	559.245
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(47.551)	(47.551)	-	(47.551)
Outros resultados abrangentes:												
Hedges de fluxo de caixa					(2.855)					(2.855)	-	(2.855)
Ajuste acumulado de conversão	12 e 13	-	-	-	(4.068)	-	-	-	-	(4.068)	-	(4.068)
Total de resultado abrangente		-	-	-	(6.923)	-	-	-	(47.551)	(54.474)	-	(54.474)
Opções outorgadas reconhecidas		-	-	(413)		(5.148)		7.165		1.604	-	1.604
Apropriação do prejuízo do exercício	24.c	-	-	-	-	(47.551)	-	-	47.551	-	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		389.000	118.305	207	(45.097)	66.988	81	(23.109)	-	506.375	-	506.375
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		389.000	118.305	207	(45.097)	66.988	81	(23.109)	-	506.375	-	506.375
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(461)	(461)	-	(461)
Outros resultados abrangentes:												
Hedges de fluxo de caixa	33.c	-	-	-	(623)	-	-	-	-	(623)	-	(623)
Ajuste acumulado de conversão	12 e 13	-	-	-	3.979	-	-	-	-	3.979	-	3.979
Total de resultado abrangente		-	-	-	3.356	-	-	-	(461)	2.895	-	2.895
Exercício de Opções	24.b e 34	-	-	(70)	-	(4.765)	-	5.521	-	686	-	686
Opções outorgadas reconhecidas	24.b e 34	-	-	675	-	-	-	-	-	675	-	675
Apropriação do prejuízo do exercício	24.f	-	-	-	-	(461)	-	-	461	-	-	-
Ações em tesouraria	24.f	-	-	-	-	-	-	(1.641)	-	(1.641)	-	(1.641)
Participação dos não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	918	918
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		389.000	118.305	812	(41.741)	61.762	81	(19.229)	-	508.990	918	509.908

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
NOTA					
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo líquido do exercício		(461)	(47.551)	(461)	(47.551)
Reconciliação do prejuízo líquido com o caixa (aplicado) obtido nas operações:					
Depreciação e amortização	26	29.733	31.588	32.586	31.999
Equivalência patrimonial	12 e 13	15.964	9.596	2.927	6.125
(Ganho)/perda no valor justo e ajuste a valor presente		15.852	(38.532)	13.083	(38.532)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	23	(1.419)	(1.064)	(1.419)	(1.064)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	7.045	7.923	7.045	7.923
Provisão para perdas de estoques, líquida		(350)	14.595	1.266	15.457
Stock options	34	675	316	675	316
Encargos sobre empréstimos	28	56.731	77.570	57.138	77.927
Variação cambial		(15.610)	(36.040)	(17.204)	(34.370)
Juros sobre impostos		(4.555)	-	(4.555)	-
Imposto de renda e contribuição social (Corrente e Diferido)	22.b	10.694	3.516	10.694	3.564
		114.299	21.917	101.775	21.794
(Aumento) diminuição de ativos:					
Contas a receber		70.442	18.069	58.353	11.117
Estoques		(42.248)	(29.614)	(63.200)	(67.733)
Impostos a recuperar		11.430	23.990	8.497	21.791
Adiantamentos diversos		(10.285)	(7.452)	(20.053)	(7.079)
Outros créditos		(55.102)	317	(49.586)	1.529
Aumento (diminuição) de passivos:					
Fornecedores		(40.543)	101.380	(18.115)	130.919
Provisões e receitas diferidas		24.463	13.085	24.457	13.085
Obrigações tributárias		(24.661)	25.188	(24.700)	25.822
Imposto de renda e contribuição social, pagos		-	-	-	(48)
Outras contas a pagar		479	(4.134)	804	(3.054)
Pagamento de juros sobre empréstimos		(82.388)	(34.817)	(82.795)	(35.563)
		(148.413)	106.012	(166.338)	90.786
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(34.114)	127.929	(64.563)	112.580
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Integralização de capital - investida	12	(14.600)	(26.435)	-	-
Caixa incorporado na aquisição de investimentos		-	-	7.673	-
Aquisição de imobilizado		(3.208)	(7.666)	(4.283)	(15.759)
Aumento do intangível	15	(13.986)	(25.519)	(14.243)	(27.300)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(31.794)	(59.620)	(10.853)	(43.059)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamentos de dividendos		-	(2.209)	-	(2.209)
Captação de empréstimos		628.394	647.266	628.394	647.266
Captação de empréstimos junto ao BNDES		-	20.318	-	20.318
Amortização de empréstimos		(543.148)	(790.811)	(543.148)	(813.339)
Partes relacionadas		(39.354)	(25.471)	(4.029)	(13.684)
Recompra de ações		(1.641)	-	(1.641)	-
Stock Options	34	686	1.286	686	1.286
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		44.937	(149.621)	80.262	(160.362)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes		-	-	676	291
(REDUÇÃO) AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO		(20.971)	(81.312)	5.522	(90.550)
Caixa e equivalentes no início do exercício		377.863	459.175	387.826	478.376
Caixa e equivalentes no final do exercício		356.892	377.863	393.348	387.826
(REDUÇÃO) AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO		(20.971)	(81.312)	5.522	(90.550)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Receitas				
Vendas de produtos e serviços	2.147.351	2.177.748	2.154.820	2.185.877
Devoluções e descontos comerciais	(74.439)	(84.318)	(75.839)	(84.055)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.045)	(7.923)	(7.045)	(7.923)
Outras receitas	5.584	1.320	5.610	1.320
	2.071.451	2.086.827	2.077.546	2.095.219
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.366.099)	(1.338.297)	(1.355.302)	(1.340.154)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(167.973)	(185.453)	(170.804)	(188.512)
Comissões	(31.365)	(28.014)	(32.088)	(28.013)
Marketing	(86.327)	(89.091)	(86.848)	(89.109)
	(1.651.764)	(1.640.855)	(1.645.042)	(1.645.788)
Valor adicionado bruto	419.687	445.972	432.504	449.431
Depreciação e amortização	(29.812)	(31.588)	(32.663)	(31.999)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	389.875	414.384	399.841	417.432
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(15.964)	(9.596)	(2.927)	(6.125)
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	134.274	93.991	146.898	97.246
	118.310	84.395	143.971	91.121
Valor adicionado total a distribuir	508.185	498.779	543.812	508.553
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	104.829	103.221	111.316	106.585
Benefícios	16.569	16.614	19.766	18.360
FGTS	11.895	11.262	12.359	11.398
	133.293	131.097	143.441	136.343
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	124.856	148.640	127.699	148.976
Estaduais	44.021	77.599	47.514	78.071
Municipais	1.445	802	1.498	842
	170.322	227.041	176.711	227.889
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e despesas financeiras	99.549	125.142	104.398	126.724
Aluguéis	11.549	11.225	12.441	11.568
Variação cambial	93.933	51.825	107.282	53.580
	205.031	188.192	224.121	191.872
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízos retidos	(461)	(47.551)	(461)	(47.551)
	(461)	(47.551)	(461)	(47.551)
Valor adicionado total distribuído	508.185	498.779	543.812	508.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Positivo Tecnologia S.A. ("Companhia"), fundada em 1989, possui um parque tecnológico com uma unidade no município de Curitiba – PR e uma unidade em Manaus-AM. A Companhia possui ainda uma controlada direta em Ilhéus-BA, uma controlada direta em Curitiba – PR, uma controlada direta em Manaus-AM, uma controlada indireta em São Paulo – SP uma controlada indireta em Ilhéus - BA. Em dezembro de 2010, a Companhia adquiriu o controle compartilhado da Informática Fueguina S.A., na Argentina. Em fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu o controle acionário da Crounal S.A, no Uruguai, controlada esta que em 2015 adquiriu 50% da Companhia PBG Uruguay S.A. também com sede no Uruguai. Em abril de 2012, a Companhia adquiriu a controlada direta Portal Mundo Positivo Ltda.. Em maio de 2014, a Companhia adquiriu a controlada em conjunto BR Code Desenvolvimento de Software S.A.. Em outubro de 2014, a Companhia constituiu a controlada em conjunto PBG Rwanda Limited.. Em janeiro de 2016, a Companhia adquiriu o controle compartilhado da investida Hi Technologies S.A., em 2018 houveram mudanças significativas na participação desse investimento, as mesmas estão descritas na nota 13.e.. Em setembro de 2017 a companhia constituiu a controlada direta Positivo Argentina S.R.L. com sede na cidade de Buenos Aires, Argentina. Em dezembro de 2018 a Companhia constituiu um Fundo de Investimento em Participações (F.I.P.) na cidade de São Paulo - SP, do qual é detentora da totalidade das quotas. Em dezembro de 2018 a controlada direta Positivo Smart Tecnologia Ltda. adquiriu 80% das quotas da empresa ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda.

Tem como atividades preponderantes a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos na área de informática; industrialização, comercialização e locação de software e hardware; comercialização de equipamentos de informática, de sistemas de aplicação pedagógica e de administração escolar, planejamento e suporte técnico-pedagógico; representação, comercialização, implantação, treinamento e suporte, assistência técnica de equipamentos e de sistemas de ensino técnico, tecnológico e científico em diversas áreas e demais atividades correlatas.

Dentre os produtos fabricados e comercializados pela Companhia encontram-se: computadores de pequeno e médio porte, computadores portáteis, tablets, monitores, placas eletrônicas, mesas educacionais informatizadas, servidores, celulares, smartphones e softwares educacionais.

As ações da Positivo Tecnologia S.A. são negociadas na bolsa de valores de São Paulo - BM&FBOVESPA sob observância das práticas de Governança Corporativa - Novo Mercado.

Emissão das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2019.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais ("demonstrações financeiras") foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão, e preparadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards - "IFRS"), implementados no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na nota 3.

Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.

Demonstração do Valor adicionado ("DVA")

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e, apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

	Participação %	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Controladas Diretas		
Positivo Smart Tecnologia Ltda.	100,00	100,00
Portal Mundo Positivo Ltda.	100,00	100,00
Crounal S.A.	100,00	100,00
Positivo Argentina S.R.L.	100,00	100,00
Boreo Indústria de Componentes Ltda.	100,00	-
Positivo Distrib. de Equip. de Informática Ltda.	100,00	-
Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes.	100,00	-
Controladas Indiretas		
Investidas da Positivo		
Smart Tecnologia Ltda.		
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.	100,00	100,00
Boreo Indústria de Componentes Ltda.	-	100,00
ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda.	80,00	-

(b) Empreendimento controlado em conjunto (*joint ventures*)

Empreendimento controlado em conjunto é a entidade sobre a qual a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. O empreendimento controlado em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo. A participação nos lucros ou prejuízos é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de um empreendimento controlado em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da *joint venture*.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e seu empreendimento controlado em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da *joint venture* são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

	Participação %	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Empreendimento controlado em conjunto		
Informática Fueguina S.A.	50,00	50,00
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	50,10	50,10
Hi Technologies S.A.	-	50,00
Investida da Positivo		
Informática da Bahia Ltda.		
PBG Rwanda Limited.	50,00	50,00
Investida da		
Crounal S.A.		
PBG Uruguay S.A.	50,00	50,00

(c) Coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma joint venture. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (CPC 31).

De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial consolidado ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação do Grupo no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada.

Quando uma entidade do Grupo realiza uma transação com uma coligada do Grupo, os lucros e prejuízos resultantes da transação com a coligada são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas somente na extensão das participações na coligada que não estejam relacionadas ao Grupo.

	Participação %	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Coligadas		
Hi Technologies Holding Ltd.	30,07	-
Investida da Hi Technologies Holding Ltd.		
Hi Technologies S.A.	30,07	-

2.3. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas na nota 27 de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. Os segmentos reportáveis da Companhia são varejo e governo.

2.4. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações consolidadas.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com instrumentos financeiros são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

(c) Investidas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

2.6. Ativos financeiros

2.6.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixas contratuais.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) os ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Caixas e equivalentes de caixa" e "Instrumentos financeiros derivativos".

(b) Custo Amortizado

São reconhecidos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Contas a receber de clientes" e "Outros créditos".

2.6.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são contabilizados usando o método da taxa efetiva de juros subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios usados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do devedor, estende ao devedor uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação dos pagamentos pelos devedores;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, "swaps" de taxa de juros e de moedas. As Notas 31 a 33 incluem informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*").

2.8. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas e indiretas de produção (com base na capacidade operacional normal).

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

A provisão de obsolescência para estoques é realizada com base na avaliação das matérias primas, estoques de revendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

2.9. Imobilizado

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia, quando aplicável. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativo imobilizado	Vidas úteis
Máquinas e equipamentos	15 anos
Benfeitorias sobre imóvel locado	10 anos
Hardware	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações industriais	13 anos
Edificações	25 anos
Outros Imobilizados	10 anos

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.10. Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(b) Gastos com desenvolvimento - ativo intangível gerado internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;
- A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;

- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível;
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.11. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.12. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13. Arrendamento

(a) A Companhia como arrendatária

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Mudanças significativas na forma de reconhecimento e mensuração desses contratos foram introduzidos pelo pronunciamento técnico CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil e entrarão em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019, o tratamento a ser dado bem como os impactos para Companhia estão descritos na nota 4.

A Companhia, ainda, arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

(b) A Companhia como arrendadora

As contas a receber de arrendatários referentes a contratos de arrendamento financeiro são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno efetiva no investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

2.14. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

2.15. Subvenções governamentais

A Companhia goza de benefícios fiscais, os quais são caracterizados como subvenções governamentais, conforme mencionado na nota 9.

A parcela correspondente à utilização dos benefícios fiscais relativa ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, decorrente da venda de produtos industrializados é reconhecida da seguinte forma:

- Como receita do exercício corrente, a parcela em que as obrigações de investimentos relacionadas ao benefício foram plenamente atendidas;
- Mantida no passivo, sob a rubrica receita diferida, a parcela cuja obrigação de investimento ainda não foi plenamente atendida;
- Também mantida no passivo, sob a rubrica receita diferida, a parcela de investimento referente a um ativo amortizável. Esta parcela será reconhecida como receita ao longo do período da vida útil deste bem, na proporção de sua amortização;
- Como receita do exercício corrente, a parcela em que não há obrigação direta de investimento;

Em atendimento à Lei 11.638/07 e ao CPC 7 - Subvenção e assistência governamentais, as subvenções governamentais da Companhia são reconhecidos no resultado na rubrica de impostos sobre vendas. Após a apuração do resultado do exercício, se tiver sido apurado lucro, é realizada a destinação dos incentivos fiscais para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

2.16. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) e outras são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório e entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.18. Benefícios a empregados

(a) Remuneração com base em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados e executivos da Companhia são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota 34.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta "Opções Outorgadas Reconhecidas" que registrou o benefício aos empregados.

(b) Obrigações de aposentadoria

A Companhia opera com plano de pensão na modalidade de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

(c) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.19. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

2.20. Reconhecimento da receita

O CPC 47, equivalente à norma internacional IFRS 15, substitui o CPC 30 - Receitas (equivalente à norma internacional IAS 18) e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

O CPC 47 exige que a Companhia exerça julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes, e que a receita reconhecida reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

Prestação de serviços

As receitas de serviços são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os serviços são realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa válida de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.21. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.22. Combinação de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pelo Grupo na data de aquisição, dos passivos incorridos pelo Grupo com relação aos antigos controladores da entidade adquirida e das participações emitidas pelo Grupo em troca do controle da entidade adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios aos empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre a Renda e IAS 19 - Benefícios aos Empregados, respectivamente (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33 (R1));
- Passivos ou instrumentos patrimoniais relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da entidade adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações do Grupo celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da entidade adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 - Pagamentos Baseados em Ações (CPC 10 (R1)) na data de aquisição (vide a seguir); e

- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (CPC 31) são mensurados conforme essa norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a reavaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver), o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho de compra vantajosa.

Quando a contraprestação transferida pelo Grupo em uma combinação de negócios inclui um acordo de contraprestação contingente, a contraprestação contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contraprestação transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contraprestação contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o "período de mensuração" (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contraprestação contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração são remensuradas ao valor justo nas datas de relatórios subsequentes, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(a) Mensuração do valor justo

Alguns dos ativos e passivos da Companhia são mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das demonstrações financeiras, em especial caixa e equivalente de caixa e os instrumentos financeiros derivativos.

Para estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis do mercado na extensão em que estejam disponíveis. Quando não há informações de Nível 1 disponíveis, a Companhia envolve profissionais qualificados no processo de avaliação e mensuração dos valores justos de tais ativos e passivos.

As informações sobre as técnicas de avaliação e as informações usadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas nas notas explicativas nº 31 e nº 33.

(b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A Companhia mensura a provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente à perda de crédito esperada sobre as contas a receber de clientes durante a vida útil. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas considerando a experiência de inadimplência histórica do devedor e em uma análise da posição financeira atual do devedor, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam.

As informações prospectivas (como os indicadores de desempenho econômico previstos) também são levadas em consideração se, com base na experiência anterior, tais indicadores mostrarem uma correlação significativa com as perdas reais de crédito.

(c) Realização dos estoques

A Companhia efetua a análise de realização dos estoques, com base na expectativa de utilização ou venda dos estoques, como também na avaliação entre o valor contábil e o valor líquido de realização. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas de perda por giro lento de mercadorias ou realização com margem abaixo do valor contábil.

(d) Benefícios fiscais - ICMS

Conforme descrito na Nota 8, a Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Governo Estadual, sem amparo em convênio do Confaz. Todavia, os princípios da segurança jurídica e da moralidade administrativa, segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia - que emitiram parecer sobre o tema, impõem considerar que, na eventualidade de serem declarados inválidos pelos tribunais pátrios, os órgãos concedentes têm adotado, historicamente, a providência de convalidá-los, não havendo, portanto, passivo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

(e) Impostos a recuperar - ICMS

Conforme descrito na Nota 9, a Administração efetua estudos periódicos para avaliar a realização dos créditos relativos a impostos a recuperar, tomando medidas preventivas para que tal realização ocorra e evitar que o saldo exceda a capacidade de sua realização.

(f) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme descrito na Nota 22, a Administração efetua estudos periódicos para avaliar a realização dos tributos diferidos, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro tributável futuro.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS JÁ EMITIDAS E AINDA NÃO VIGENTES

4.1. Novos pronunciamentos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018

Novas normas são efetivas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018 e foram adotadas pela Companhia:

a) CPC 47 (IFRS 15) Receita de contratos com clientes

A Companhia e suas controladas adotaram o novo pronunciamento a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo que a adoção desta norma não apresentou impacto relevante sobre o patrimônio da Companhia e suas controladas.

b) CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros

A Companhia e suas controladas adotaram o novo pronunciamento e, considerando as suas transações na data de adoção, não identificou mudanças que tivessem impacto relevante na contabilização de contas a receber, empréstimos, investimentos em títulos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais.

A Companhia entende que o seu modelo atual para avaliação de *impairment* de ativos financeiros e ativos contratuais, é adequado para refletir perdas esperadas na realização dos seus ativos. Dessa forma, não houve impacto relevante sobre o patrimônio da Companhia e suas controladas.

4.2. Novos pronunciamentos a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019

Novas normas ou alterações de normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

a) CPC 06 (R2) (IFRS 16) Operações de arrendamento mercantil

Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia realizou a avaliação dos impactos desta nova norma nas suas demonstrações financeiras, sendo que no balanço patrimonial a estimativa de impacto inicial da adoção é de aproximadamente R\$ 46.719 (demonstrações consolidadas: R\$ 51.570) com contrapartida no passivo circulante de R\$ 6.610 (demonstrações consolidadas: R\$ 7.297) e no passivo não circulante de R\$ 40.109 (demonstrações consolidadas: R\$ 44.273).

Os impactos reais da adoção da norma contábil a partir de 01 de janeiro de 2019 poderão sofrer alterações devido a conclusão da análise da administração da Companhia referentes à aspectos relevantes sobre o tema, dentre os quais destacamos o prazo de vigência dos contratos e suas renovações, e as taxas de juros a serem aplicadas nesses contratos.

A Companhia irá reconhecer no balanço patrimonial o impacto da adoção da nova norma na data da sua aplicação inicial, sem reapresentação de informações comparativas.

Em relação aos arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia optou por reconhecer o ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data da aplicação inicial.

Não haverá impacto tributário pela alteração da contabilização dos contratos de aluguel (arrendamento mercantil), face a legislação em vigor prever a dedutibilidade para fins de apuração do IRPJ e CSLL e créditos de PIS e COFINS com base nas contraprestações pagas durante a vigência do contrato.

5. AQUISIÇÃO DE INVESTIDA

Em 31 de dezembro de 2018, a controlada Positivo Smart Tecnologia Ltda. (anteriormente denominada Positivo Informática da Bahia Ltda.) adquiriu 80% do capital social da ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda., passando a Companhia a ter o controle indireto sob essa investida. A ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. tem como atividades principais a produção e comercialização de storages, servidores e computadores.

Os valores reconhecidos relacionados aos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis estão demonstrados na tabela a seguir:

Ativos e passivos reconhecidos	31/12/2018
Ativo circulante	36.495
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.673
Contas a Receber de Clientes	19.456
Estoques	5.185
Impostos a Recuperar	2.067
Adiantamentos	2.114
Ativo não circulante	1.525
Outros Créditos	1.340
Imobilizado	156
Intangível	29

Passivo circulante	<u>27.929</u>
Fornecedores	14.959
Obrigações Sociais	206
Obrigações Tributárias	4.391
Adiantamento de Clientes	1.261
Outras Obrigações	7.112
Passivo não circulante	<u>5.500</u>
Partes Relacionadas	5.500
Valor justo dos ativos adquiridos	38.020
Valor justo dos passivos assumidos	<u>33.429</u>
Total dos ativos identificáveis líquidos	4.591
Investimento adquirido - 80%	3.673
Preço de aquisição	26.250
Ágio na operação	<u><u>22.577</u></u>

Na data de conclusão da elaboração destas informações anuais consolidadas, a Companhia encontra-se em fase de revisão e ajustes da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da empresa adquirida. Estima-se que esta análise seja concluída em breve, assim que a Administração tiver todas as informações relevantes dos fatos, não ultrapassando o período máximo de 12 meses da data de aquisição.

Foi reconhecido um passivo com os sócios não controladores da adquirida, referente a aquisição das quotas no valor de R\$ 26.250. A dívida será atualizada pelo IGP-M, e de acordo com as cláusulas contratuais e possui o seguinte cronograma de liquidação:

Consolidado	
Ano	Valor R\$
2019	5.250
2020	5.250
2021	5.250
2022	5.250
2023	5.250
	<u><u>26.250</u></u>

As contraprestações acima mencionadas estão atreladas ao indicador, lucro antes dos impostos, que deve ser atingido pela adquirida, e os valores registrados correspondem a melhor estimativa de realização na avaliação da Administração da Companhia na data do encerramento destas demonstrações financeiras. O lucro antes dos impostos projetado para o período de avaliação é de R\$ 10.500 anuais, podendo a Companhia incorrer em pagamentos adicionais caso esse valor seja superior ao estabelecido, limitado a R\$ 51.000.

O ágio de R\$ 22.577 compreende o valor dos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição. Não se espera que o ágio seja dedutível para fins do imposto de renda.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Bancos	15.562	73.972	49.854	83.935
Aplicações financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI	341.330	303.891	343.494	303.891
	356.892	377.863	393.348	387.826

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as aplicações financeiras correspondem a operações compromissadas e de Certificado de Depósito Bancário – CDB com títulos privados, em moeda nacional, sendo remuneradas em média de 97,53% (78,48% em 2017) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI sendo prontamente conversíveis em um valor conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

7. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
A vencer	82.372	202.706	108.424	210.319
Vencidos até 30 dias	43.540	21.194	58.405	25.149
Vencidos de 31 a 60 dias	4.688	19.595	5.541	19.595
Vencidos de 61 a 90 dias	5.044	6.517	5.685	6.517
Vencidos de 91 a 180 dias	32.163	3.287	32.865	3.287
Vencidos de 181 a 360 dias	15.466	10.050	15.466	10.050
Vencidos há mais de 361 dias	49.706	40.072	49.706	40.072
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(38.808)	(31.763)	(38.808)	(31.763)
(-) Ajuste a valor presente	(1.687)	(3.505)	(1.974)	(6.718)
	192.484	268.153	235.310	276.508
Circulante	192.456	267.891	235.282	276.246
Não Circulante	28	262	28	262

Os valores justos das contas a receber de clientes se aproximam dos saldos apresentados acima.

Os saldos vencidos decorrentes das vendas de mercadorias à órgãos públicos deve-se ao fato que os recebimentos dependem de processos internos de aprovação dos pagamentos pelos referidos órgãos. Historicamente, essa situação de atraso no processo de pagamento é uma característica normal nesse segmento de vendas, previsto pela Administração dentro de sua estratégia de negócios, e não trouxe perdas relevantes para a Companhia. Portanto, os saldos vencidos ainda não representam neste momento nenhum risco relevante de perda no recebimento desses créditos, por esse motivo, a provisão foi constituída somente para casos em que há perspectiva de perda por parte da Companhia. O montante de títulos vencidos de órgãos públicos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 61.610 (R\$ 29.112 em 2017).

O período médio de crédito na venda de produtos é de 90 dias, exceto vendas a órgãos públicos em que o prazo pode chegar até 180 dias.

O critério para estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa - devido à concentração das vendas em poucos clientes (os 20 maiores clientes representam cerca de 64% do montante a receber em 31 de dezembro de 2018, cerca de 66% em 31 de dezembro de 2017), a Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos esperada substancialmente através de análise individual dos créditos em atraso, e na experiência de inadimplência passada do devedor. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o saldo consolidado desta provisão totalizou R\$ 38.808 (R\$ 31.763 em 31 de dezembro de 2017).

O ajuste a valor presente das contas a receber é calculado para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário) como referência.

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Saldo no início do período	31.763	25.533
Perdas reconhecidas	(111)	(1.693)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa reconhecida	7.156	7.923
	38.808	31.763

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Materiais	308.165	289.393	351.624	325.156
Produtos acabados	169.122	169.234	182.883	168.486
Importações em andamento	20.211	22.580	22.356	23.313
Adiantamentos a fornecedores	29.460	40.869	34.490	44.945
Provisão para perdas com estoques	(54.149)	(54.499)	(56.627)	(55.361)
	472.809	467.577	534.726	506.539

A provisão para perdas com estoques é realizada com base na avaliação das matérias-primas, estoques de revendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é a perspectiva de realização dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

A Administração estima que os estoques sejam realizados em um período inferior a doze meses.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
ICMS	119.638	129.670	124.270	131.767
IPÍ	16.011	12.491	16.070	12.520
PIS	4.432	6.152	4.521	6.165
COFINS	20.115	25.654	20.451	25.669
Contribuição social	2.495	5.349	2.545	5.372
Imposto de renda	24.843	24.108	25.131	24.271
Outros impostos a recuperar	11.380	11.376	11.964	11.980
	198.914	214.800	204.952	217.744
Parcela no circulante	123.428	139.232	129.445	142.158
Parcela no não circulante	75.486	75.568	75.507	75.586

Os créditos tributários têm sua realização baseada nas reestruturações societárias ocorridas em 2015, com a incorporação da controlada Positivo da Amazônia Ltda. e de mudanças ocorridas nas legislações Federal e Estadual. Essas mudanças trouxeram duas consequências nas operações: a primeira é reduzir a geração de créditos tributários, e a segunda é a geração de débitos fiscais que permitirão a utilização dos créditos tributários acumulados. Para a realização de ICMS, além das mudanças mencionadas acima, novos projetos auxiliarão na realização destes créditos, que gerarão débitos de ICMS no ano corrente e nos próximos exercícios.

ICMS

A Companhia utiliza os seguintes benefícios de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS:

- (i) Lei do Estado do Paraná nº 13.214/2001 e referendada pela Lei Estadual nº 15.542/2007, que estabelece redução para 7% na carga tributária dos produtos de informática para vendas dentro do estado;
- (ii) Decreto do Estado do Paraná nº 1.922/2011 (e alterações posteriores), que concede crédito presumido do ICMS equivalente ao valor devido pela saída, resultando em carga tributária de 0% para produtos específicos industrializados nos termos da Lei nº 8.248/1991 e comercializados pela Companhia;
- (iii) Decreto do Estado do Amazonas nº 23.994/2003, que concede benefícios fiscais como o diferimento do lançamento do ICMS incidente sobre a operação de importação de matérias-primas e insumos destinados à produção, crédito presumido de ICMS na compra de matéria-prima e insumos de origem nacional, crédito estímulo de ICMS equivalente ao valor devido nas vendas de bens de informática e automação e terminais portáteis de telefonia celular produzidos no território da ZFM;

Como resultado da fruição dos benefícios fiscais acima mencionados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia registrou o montante de R\$ 215.450 (R\$ 196.473 em 31 de dezembro de 2017), relativo à subvenção para investimento, na conta de deduções sobre venda - Impostos sobre vendas, referente à venda de produtos industrializados e manteve o valor de R\$ 9.346 no passivo, sob a rubrica de receita diferida (R\$ 10.115 em 31 de dezembro de 2017). Este valor será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no Pronunciamento Técnico CPC 7 e divulgado na Nota 15.a. O prazo do referido benefício fiscal é indeterminado.

IPI

O crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI deve-se à utilização do benefício fiscal previsto na Lei nº 8.248/1991, que concedeu a isenção do IPI posteriormente convertida em redução progressiva, sobre as saídas dos equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos novos, inclusive aos de automação industrial e de processamento de dados de fabricação nacional, combinado com a manutenção e a utilização do crédito do IPI, relativo às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, empregados na industrialização dos bens. A redução progressiva dos percentuais sobre o referido imposto devido, prevista em lei, obedece ao seguinte calendário:

Redução de 95% (noventa e cinco por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2024.

Redução de 90% (noventa por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2026.

Redução de 70% (setenta por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2027 até 31 de dezembro de 2029, quando será extinta a redução.

Para usufruir do referido benefício, a Companhia deve investir anualmente cerca de 5% do faturamento bruto de bens e serviços de informática incentivados, em atividades de pesquisa e desenvolvimento e tecnologia de informação calculados de acordo com a Lei nº 8.248/1991 e suas alterações. A Companhia anualmente deve apresentar ao Ministério da Ciência e Tecnologia evidências de que cumpre essa exigência de investimento.

(b) Produtos e serviços gráficos - Gráfica e Editora Posigraf S.A.

Refere-se às compras de produtos e serviços gráficos realizadas pela Companhia.

(c) Direitos autorais - Editora Positivo Ltda.

Os direitos autorais são referentes à disponibilização, pela Positivo Tecnologia S.A., de acessos aos sítios na internet denominados "Portal Positivo", "Portal Aprende Brasil" e a plataforma multimídia denominada "Positivo Digital" aos clientes indicados pela Editora Positivo Ltda., bem como acesso a livros digitais aos clientes da área de ensino particular e o fornecimento de acesso a conteúdos digitais através de endereços eletrônicos inseridos nos livros impressos.

A Companhia disponibiliza o acesso ao "Portal Positivo" e livros digitais para todas as instituições conveniadas pela Editora Positivo ao Sistema Positivo de Ensino, denominado SPE, e o acesso ao "Portal Aprende Brasil" para todas as instituições conveniadas pela Editora Positivo ao Sistema de Ensino Aprende Brasil, denominado SABE.

(d) Serviços editoriais

Referem-se à contratação de serviços editoriais, os quais são aplicados nos produtos gráficos produzidos pela Gráfica e Editora Posigraf S.A. e demais gráficas contratadas pela Companhia.

(e) Aluguel - Rosch Administradora de Bens Ltda.

A Companhia possui contrato de aluguel de unidades industriais com parte relacionada que expira a cada seis anos no valor mensal de R\$ 425. O valor é reajustado anualmente, por índice IGP-M previsto em contrato. Além disso, o valor é passível de repactuação, mediante a formalização de aditivo contratual em caso de ampliação das áreas construídas para aumento da capacidade produtiva e introdução de benfeitorias pela locadora.

(f) Convênio - Centro de Estudos Superiores Positivo

A Companhia firmou convênio com a Universidade Positivo referente ao programa de cooperação e intercâmbio científico e tecnológico, amparado pela legislação brasileira, Lei nº 11.077/2004 e Decreto nº 5.906/2006, relativa à capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação, abrangendo atividades de pesquisa, desenvolvimento e serviços científicos e tecnológicos, formação e treinamento de recursos humanos, absorção e transferência de tecnologias, aprimoramento e otimização do uso da infra-estrutura laboratorial.

(g) Venda de insumos

A Companhia e suas controladas realizam vendas de insumos para produção para suas controladas e controladas em conjunto.

(h) Compra de insumos

A Companhia efetua compra de insumos das suas controladas para posterior utilização em seu processo produtivo.

(i) Rateio de despesas

Rateio de despesas administrativas e serviços compartilhados com a Sociedade Educacional Positivo Ltda., Gráfica e Editora Posigraf S.A. e Editora Positivo Ltda. Despesas estas relativas ao uso compartilhado do departamento de compras de materiais de expediente, departamento pessoal e departamento de informática, além de reembolso de aluguel, energia, água e telefone da sede onde funciona a área de Tecnologia Educacional. O valor do rateio é apurado pelo custo efetivo, rateado em função da utilização dos recursos disponíveis.

(j) Conta corrente – Positivo Smart Tecnologia Ltda. (anteriormente denominada Positivo Informática da Bahia Ltda.) e Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.

A Companhia mantém operação de conta corrente com a Positivo Informática da Bahia Ltda. e Boreo Comércio de Equipamentos Ltda., com finalidade de controlar a pluralidade de lançamentos, créditos e débitos, habituais existentes entre as partes oriundos de operações mercantis. Tal conta corrente não tem prazo previsto para liquidação, como também a incidência de encargos financeiros.

(k) Informática Fuego S.A.

Os saldos em aberto são oriundos de operações mercantis de compra e venda de insumos para produção, respeitando os prazos estabelecidos em cada operação.

(l) Serviços de desenvolvimento

Refere-se a contratação de serviços de desenvolvimento de softwares e aplicativos utilizados na produção, comercialização e em melhorias operacionais.

(m) Desenvolvimento de sistemas e tecnologia na área da saúde

Refere-se a contratação de serviços técnicos de desenvolvimento de softwares, hardwares, aplicativos e equipamentos voltados para a área médica.

Adicionalmente a Companhia realizou empréstimos no montante de R\$ 6.100 à Hi Technologies S.A., operações regulamentadas por contratos de mútuo, com taxa de juros anual de 150% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

(n) Positivo Distribuidora de Equipamentos de Informática Ltda.

A Companhia efetua venda de produtos acabados para a controlada para posterior revenda a clientes.

(o) Passivo com sócios não controladores – ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda.

O valor contabilizado em partes relacionadas refere-se à captação de recursos realizados pela empresa junto aos sócios. Os valores estão registrados em reais e tem vencimento previsto de 2020 a 2024. Os valores serão atualizados pela variação positiva do IGP-M.

Remuneração da administração

O montante reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, como remuneração dos administradores, foi de R\$ 7.337 (R\$ 9.209 em 31 de dezembro de 2017), referente a benefícios de curto e longo prazo (pagamento baseado em ações – Stock Options). A Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2018 aprovou para o exercício de 2018, a remuneração dos administradores até o máximo de R\$ 10.183 (R\$ 11.232 em 2017).

12. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS E COLIGADAS

CONTROLADAS

		Controladora					
		Saldo em 31/12/2017	Transferência	Integralização de Capital	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2018
Investimentos							
Positivo Smart Tecnologia Ltda.	(a)	29.180	(11.266)	-	1.987	304	20.205
Crounal S.A.	(c)	38.421	-	-	5.624	7.889	51.934
Portal Mundo Positivo Ltda.	(d)	685	-	-	-	-	685
Positivo Argentina S.R.L.	(e)	1.000	-	500	-	30	1.530
Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes	(g)	-	-	14.000	-	-	14.000
		69.286	(11.266)	14.500	7.611	8.223	88.354
		Controladora					
		Saldo em 31/12/2017	Transferência	Integralização de Capital	Resultado de equivalência patrimonial		Saldo em 31/12/2018
Provisão para passivo a descoberto							
Boreo Industria de Componentes Ltda.	(b)	-	11.266	-	(12.371)		(1.105)
Positivo Distrib. de Equip. de Inform. Ltda.	(f)	-	-	100	(2.441)		(2.341)
		-	11.266	100	(14.812)		(3.446)

A participação em controladas (diretas e indiretas) está demonstrada na nota 2.2 (a).

A participação da Companhia nos ativos, passivos, patrimônios líquidos e resultados nas controladas diretas e indiretas, todas de capital fechado, são conforme segue:

			Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
Nota	Ativo	Passivo			
31 de dezembro de 2018					
	Positivo Smart Tecnologia Ltda.	50.270	30.065	20.205	- 1.987
	Portal Mundo Positivo Ltda.	687	2	685	-
	Crounal S.A.	60.547	8.613	51.934	20.375 5.624
	Boreo Comércio de Equipamentos Ltda. (Controlada indireta)	114	3.826	(3.712)	-
	Boreo Indústria de Componentes Ltda.	61.525	62.630	(1.105)	178.929 (12.371)
	Positivo Argentina S.R.L.	1.530	-	1.530	-
	Positivo Distribuidora de Equip. de Informática Ltda.	34.136	36.477	(2.341)	16.764 (2.441)
5	ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda. (Controlada indireta)	30.416	26.743	3.673	-
	Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes	14.000	-	14.000	-
31 de dezembro de 2017					
	Positivo Informática da Bahia Ltda.	32.998	3.818	29.180	- (4.370)
	Portal Mundo Positivo Ltda.	687	2	685	-
	Crounal S.A.	42.427	4.006	38.421	19.982 14.620
	Boreo Comércio de Equipamentos Ltda. (Controlada indireta)	115	3.826	(3.711)	-
	Boreo Indústria de Componentes Ltda. (Controlada indireta)	56.336	45.070	11.266	46.450 (3.734)
	Positivo Argentina S.R.L.	1.000	-	1.000	-

- (a) Positivo Smart Tecnologia Ltda. (anteriormente denominada Positivo Informática da Bahia Ltda.)

Em 8 de abril de 2008, a Companhia constituiu a controlada direta Positivo Informática da Bahia Ltda., que iniciou suas atividades em 2009. Naquele exercício, essa controlada realizou a aquisição da Boreo Comércio de Equipamentos Ltda..

- (b) Boreo Indústria de Componentes Ltda.

Constituída inicialmente como controlada da Positivo Informática da Bahia Ltda. em 25 de janeiro de 2017, atualmente a Boreo Indústria de Componentes Ltda. é uma controlada direta da Positivo Tecnologia S.A. (transferência de quotas de capital). A controlada tem sua sede na cidade Manaus – AM, possui capital social no valor de R\$ 15.000 e tem como atividade preponderante a fabricação de componentes eletrônicos.

(c) Crounal S.A.

Em fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu a controlada direta Crounal S.A., cuja sede é em Montevideo – Uruguai. O objeto social desta controlada é o mesmo da controladora. Em fevereiro de 2017 a Companhia efetuou o aumento de capital social desta controlada, integralizando em espécie o montante de R\$ 20.935.

(d) Portal Mundo Positivo Ltda.

Em 9 de abril de 2012, a Companhia, em sociedade com sua controlada Positivo Informática da Amazônia Ltda., adquiriu a empresa Portal Mundo Positivo Ltda. Não houve pagamento de ágio na aquisição. Com a incorporação da Positivo Informática da Amazônia Ltda. a Companhia passou a deter a integralidade do investimento nesta sociedade.

(e) Positivo Argentina S.R.L.

Em setembro de 2017, a Companhia constituiu a controlada direta Positivo Argentina S.R.L., com sede na cidade de Buenos Aires, Argentina e capital social integralizado no montante de R\$ 1.500. A controlada tem como atividade principal a fabricação e comercialização de equipamentos médicos, laboratoriais, informática e comunicação.

(f) Positivo Tecnologia Fundo de Investimento em Participações em Empresas Emergentes.

Em dezembro de 2018 a Companhia constituiu na cidade de São Paulo - SP um Fundo de Investimento em Participações (F.I.P.), que tem como objetivo principal a aquisição de participação em outras empresas. O capital aportado foi no montante de R\$ 14.000 e a Companhia é detentora da totalidade das quotas desse investimento.

(g) Positivo Distribuidora de Equipamentos de Informática Ltda.

Em julho de 2018, teve início de operações da controlada direta Positivo Distribuidora de Equipamentos Ltda., com sede na cidade de Curitiba-PR e com capital social integralizado no montante de R\$ 100. A controlada tem como atividade principal a distribuição de bens e equipamentos de informática, eletroeletrônicos, equipamentos de telefonia e comunicação.

COLIGADAS

	Controladora e Consolidado		
	Saldo em 31/12/2017	Transferência	Resultado de equivalência patrimonial
<u>Coligada</u>			Saldo em 31/12/2018
Hi Technologies Holding Ltd (a)	-	9.240	(937)
	-	9.240	(937)
			8.303

(a) Hi Technologies Holding Ltd.

Em 25 de junho de 2018 a Companhia constituiu a coligada Hi Technologies Holding Ltd., com sede nas Ilhas Cayman. A companhia transferiu o total de suas ações na controlada em conjunto Hi Technologies S.A. para a Hi Technologies Holding Ltd., em troca de uma participação de 30,07% no total de ações dessa investida. Maiores detalhes dessa operação estão descritos na nota 13.e.

O quadro acionário da Hi Technologies Holding Ltd. tem a seguinte composição:

Quadro Acionário	
Participação %	
Acionistas	
Positivo Tecnologia S.A.	30,07
Sócios Fundadores	
Hi Technologies S.A.	30,07
Monashees Capital	20,00
Qualcomm Ventures	12,36
Reserva de opções	7,50
	100,00

A participação em coligadas (diretas e indiretas) está demonstrada na nota 2.2 (a).

13. INVESTIMENTO EM EMPREENDIMENTO CONTROLADO EM CONJUNTO ("JOINT VENTURE")

a) Controladora

	Saldo em 31/12/2017	Ganho na dissolução de ações	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Transferência	Saldo em 31/12/2018
Empreendimento controlado em conjunto						
Informática Fuegoína S.A. (a)	17.967	-	(6.796)	(4.244)	-	6.927
Hi Technologies S.A. (e)	3.476	6.793	(1.029)	-	(9.240)	-
	21.443	6.793	(7.825)	(4.244)	(9.240)	6.927

	Saldo em 31/12/2017	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2018
Provisão para passivo a descoberto			
BR Code Desenvolvimento de Software S.A. (b)	(459)	(1)	(460)
	(459)	(1)	(460)

b) Consolidado

	Saldo em 31/12/2017	Dividendos	Ganho na dissolução de ações	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Transferência	Saldo em 31/12/2018
Empreendimento controlado em conjunto							
Informática Fuegoína S.A. (a)	17.967	-	-	(6.796)	(4.244)	-	6.927
PBG Rwanda Limited (c)	3.036	-	-	1.903	304	-	5.243
PBG Uruguay S.A. (d)	29.125	(7.750)	-	3.933	2.306	-	27.614
Hi Technologies S.A. (e)	3.476	-	6.793	(1.029)	-	(9.240)	-
	53.604	(7.750)	6.793	(1.989)	(1.634)	(9.240)	39.784

	Saldo em 31/12/2017	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2018
Provisão para passivo a descoberto			
BR Code Desenvolvimento de Software S.A. (b)	(459)	(1)	(460)
	(459)	(1)	(460)

A participação em Controladas em conjunto ("Joint Venture") está demonstrada na nota 2.2 (b).

(a) Informática Fueguina S.A.

Em 3 de dezembro de 2010, a Companhia constituiu uma "Joint venture" com a empresa argentina BGH Sociedad Anónima ("BGH"), a qual tem por objeto a fabricação e a comercialização de produtos de informática ("desktops", "notebooks", "all-in-ones", "e-books" e "tablets") na Argentina e no Uruguai.

Para a constituição da "joint venture", a Companhia adquiriu 50% (cinquenta por cento) do capital social da sociedade argentina Informática Fueguina S.A., que era de titularidade direta e indireta da BGH. Não houve pagamento de ágio na aquisição.

A partir de julho de 2018 a economia argentina passou a ser hiperinflacionária. A companhia avaliou os impactos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e registrou o montante de R\$ 1.493 referente a correção monetária de bens do ativo imobilizado sob a alínea de ajuste de avaliação patrimonial.

(b) BR Code Desenvolvimento de Software S.A.

Em 23 de maio de 2014, a Companhia adquiriu integralmente a empresa BR Code Desenvolvimento de Software S.A., cujo capital social é de R\$ 50, e que tem como objetivo social o desenvolvimento de softwares, a prestação de serviços de manutenção e atualização e softwares, licenciamento e cessão de direitos de uso de software. Não houve pagamento de ágio na aquisição. Em outubro de 2014 foi assinado acordo de acionistas com o controle compartilhado, junto ao grupo BORQS, passando assim, o investimento de controlada para investimento em empreendimento controlado em conjunto ("joint venture").

(c) PBG Rwanda Limited

Em 10 de outubro de 2014, a Companhia constituiu em parceria com o Grupo BGH a controlada em conjunto PBG Rwanda Limited. A controlada em conjunto celebrou, em 15 de novembro de 2014, contrato com o governo de Ruanda para produção e venda de dispositivos educacionais sob a marca Positivo BGH no mercado local.

(d) PBG Uruguay S.A. (anteriormente denominada Musfer S.A.)

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia através da controlada Crounal S/A realizou a subscrição de 50% das ações da trading PBG Uruguay S.A.

(e) Hi Technologies S.A. (anteriormente denominada Hit Tecnologia em Saúde Ltda.)

Em 4 de janeiro de 2016, a Companhia adquiriu 50% do capital social da empresa Hi Technologies S.A. pelo valor de R\$ 300. Na aquisição a Companhia obteve um ganho por compra vantajosa (deságio) baseado no valor justo de ativos intangíveis da investida, no valor de R\$ 4.242.

Em junho de 2018 os investidores Monashees Capital e Qualcomm Ventures efetuaram aporte de capital no montante de R\$ 14.685, adquirindo 32,36% de participação na investida. Com o acordo foi criada a Controlada Hi Technologies Holding Ltd, e as ações da Hi Technologies S.A. foram transferidas integralmente para a holding.

Com as mudanças ocorridas a Companhia obteve um ganho na participação do investimento no montante de R\$ 6.793. O Ganho foi registrado no resultado do exercício da Companhia, na rubrica de outras receitas operacionais.

A participação da Companhia no ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado nos empreendimentos controlados em conjunto são conforme segue:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
31 de dezembro de 2018					
Informática Figueira S.A.	34.709	27.782	6.927	41.334	(6.796)
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	150	610	(460)	-	(1)
PBG Rwanda Limited	9.403	4.160	5.243	16.537	1.903
PBG Uruguay S.A.	40.041	12.427	27.614	41.406	3.933
31 de dezembro de 2017					
Informática Figueira S.A.	66.188	48.221	17.967	87.560	(18.780)
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	151	610	(459)	-	(1)
PBG Rwanda Limited	6.367	3.331	3.036	7.907	(635)
Hi Technologies S.A.	5.955	2.479	3.476	1.427	(1.065)
PBG Uruguay S.A.	40.230	11.105	29.125	159.091	14.356

14. IMOBILIZADO

Controladora						
	31/12/2016	Adições	Transf/ Baixas	31/12/2017	Adições	31/12/2018
Custo						
Máquinas e equipamentos	60.185	-	-	60.185	189	60.374
Benfeitorias s/ imóvel locado	23.126	147	-	23.273	131	23.404
Hardware	39.061	743	(1.569)	38.235	1.189	39.424
Móveis e utensílios	7.988	180	-	8.168	190	8.358
Instalações industriais	24.433	6.266	-	30.699	1.509	32.208
Edificações	2.000	-	-	2.000	-	2.000
Outros imobilizados	1.103	330	-	1.433	-	1.433
	157.896	7.666	(1.569)	163.993	3.208	167.201
Depreciação						
Máquinas e equipamentos	(44.378)	(3.595)	-	(47.973)	(3.438)	(51.411)
Benfeitorias s/ imóvel locado	(12.057)	(1.993)	-	(14.050)	(1.815)	(15.865)
Hardware	(36.159)	(1.882)	1.569	(36.472)	(1.618)	(38.090)
Móveis e utensílios	(5.788)	(589)	-	(6.377)	(448)	(6.825)
Instalações industriais	(7.335)	(1.822)	-	(9.157)	(2.292)	(11.449)
Edificações	(467)	-	-	(467)	-	(467)
Outros imobilizados	(74)	(20)	-	(94)	(17)	(111)
	(106.258)	(9.901)	1.569	(114.590)	(9.628)	(124.218)
Valor líquido	51.638	(2.235)	-	49.403	(6.420)	42.983

Consolidado						
	31/12/2016	Adições	Transf/Baixa	31/12/2017	Adições	31/12/2018
Custo						
Máquinas e equipamentos	60.185	129	-	60.314	485	60.799
Benfeitorias s/ imóvel locado	23.126	964	-	24.090	276	24.366
Hardware	39.061	743	(1.569)	38.235	1.300	39.535
Móveis e utensílios	7.988	442	-	8.430	277	8.707
Instalações industriais	24.433	13.151	-	37.584	2.101	39.685
Edificações	2.000	-	-	2.000	-	2.000
Outros imobilizados	1.103	330	-	1.433	-	1.433
	157.896	15.759	(1.569)	172.086	4.439	176.525
Depreciação						
Máquinas e equipamentos	(44.378)	(3.599)	-	(47.977)	(3.580)	(51.557)
Benfeitorias s/ imóvel locado	(12.057)	(2.031)	-	(14.088)	(1.986)	(16.074)
Hardware	(36.159)	(1.882)	1.569	(36.472)	(1.628)	(38.100)
Móveis e utensílios	(5.788)	(599)	-	(6.387)	(556)	(6.943)
Instalações industriais	(7.335)	(2.174)	-	(9.509)	(3.018)	(12.527)
Edificações	(467)	-	-	(467)	-	(467)
Outros imobilizados	(74)	(20)	-	(94)	(17)	(111)
	(106.258)	(10.305)	1.569	(114.994)	(10.785)	(125.779)
Valor líquido	51.638	5.454	-	57.092	(6.346)	50.746

Nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a Companhia não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia.

15. INTANGÍVEL

	Controladora				
	31/12/2016	Adições	31/12/2017	Adições	31/12/2018
Custo					
Projetos de desenvolvimento (a)	222.882	23.251	246.133	12.095	258.228
Projetos sistema - ERP	46.129	-	46.129	-	46.129
Software	19.607	2.268	21.875	1.891	23.766
Licenças de uso	3.263	-	3.263	-	3.263
	<u>291.881</u>	<u>25.519</u>	<u>317.400</u>	<u>13.986</u>	<u>331.386</u>
Amortização					
Projetos de desenvolvimento	(181.686)	(20.255)	(201.941)	(17.020)	(218.961)
Projetos sistema - ERP	(45.666)	(358)	(46.024)	(105)	(46.129)
Software	(16.467)	(1.811)	(18.278)	(2.318)	(20.596)
Licenças de uso	(3.185)	(44)	(3.229)	(30)	(3.259)
	<u>(247.004)</u>	<u>(22.468)</u>	<u>(269.472)</u>	<u>(19.473)</u>	<u>(288.945)</u>
Valor líquido	<u>44.877</u>	<u>3.051</u>	<u>47.928</u>	<u>(5.487)</u>	<u>42.441</u>

	Consolidado				
	31/12/2016	Adições	31/12/2017	Adições	31/12/2018
Custo					
Projetos de desenvolvimento (a)	222.882	24.950	247.832	12.095	259.927
Projetos sistema - ERP	46.129	-	46.129	-	46.129
Software	19.607	2.350	21.957	2.172	24.129
Licenças de uso	3.263	-	3.263	5	3.268
Ágio em controlada (b)	14.173	-	14.173	22.577	36.750
	<u>306.054</u>	<u>27.300</u>	<u>333.354</u>	<u>36.849</u>	<u>370.203</u>
Amortização					
Projetos de desenvolvimento	(181.686)	(21.954)	(203.640)	(17.020)	(220.660)
Projetos sistema - ERP	(45.666)	(358)	(46.024)	(105)	(46.129)
Software	(16.467)	(1.824)	(18.291)	(2.448)	(20.739)
Licenças de uso	(3.185)	(44)	(3.229)	(30)	(3.259)
	<u>(247.004)</u>	<u>(24.180)</u>	<u>(271.184)</u>	<u>(19.603)</u>	<u>(290.787)</u>
Valor líquido	<u>59.050</u>	<u>3.120</u>	<u>62.170</u>	<u>17.246</u>	<u>79.416</u>

(a) Gastos com desenvolvimento de projetos

A Companhia se beneficia dos incentivos fiscais concedidos para os segmentos de informática e automação previstas na Lei nº 8.248/1991, conhecida como Lei da Informática, regulamentada pelo Decreto nº 792, de 23 de outubro de 1991. A referida Lei foi alterada pela Lei 10.176, de 11 de janeiro de 2001, regulamentada pelo Decreto 3.800, de 20 de abril de 2001, a qual no ano de 2004 foi novamente alterada pela Lei nº 11.077 de 30 de dezembro de 2004, regulamentado pelo Decreto 5.906/2006 de 26 de setembro de 2006. Em Manaus a legislação básica vigente é a Lei de Informática na Amazônia, nº 8.387/1991, regulamentada pelo Decreto nº 6.008/2006 e alterada pela MP nº 810/2017.

Para fazer jus ao benefício, as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática devem investir, anualmente, em atividades de desenvolvimento em tecnologia da informação a serem realizadas no país, percentual mínimo de 5% do faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática incentivados na forma da Lei, sendo que, do faturamento bruto são deduzidos os tributos correspondentes, bem como o valor das aquisições de produtos incentivados na forma da lei. Os percentuais para investimento têm sua base reduzida em 20% até 2029, complementada por redução adicional de 25% até 31 de dezembro de 2029, para certos NCMs.

A obrigação de investimentos para o exercício de 2018 é de R\$ 67.987. De janeiro a dezembro de 2018 foram investidos R\$ 61.293 e a totalidade da obrigação pode ser cumprida até o primeiro trimestre de 2019. Os dispêndios são aplicados no aperfeiçoamento dos produtos existentes e no desenvolvimento de novos produtos, compreendem essencialmente: mão-de-obra direta e indireta, encargos, softwares, serviços de consultoria, materiais, infra-estrutura, viagens, e outros correlatos, sendo que tais dispêndios estão segregados entre adições no ativo intangível, despesa no resultado do exercício, constituição de um fundo de investimento em participações (nota 12.f) nos valores de R\$ 12.095, R\$ 35.198 e R\$ 14.000 respectivamente. A amortização do investimento foi fixada, substancialmente, em até 4 anos com base no histórico de recuperabilidade dos projetos.

A amortização destes projetos é contabilizada na conta de custo dos produtos vendidos e despesas operacionais.

(b) **Ágio**

Em dezembro de 2009, a controlada Positivo Smart Tecnologia Ltda (anteriormente denominada Positivo Informática da Bahia Ltda.) formalizou a aquisição da empresa Boreo Comércio de Equipamentos Ltda., gerando um ágio de R\$ 14.173, registrado na adquirente e fundamentado na expectativa de geração de rentabilidade futura.

O valor recuperável do ágio é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovados pela Administração e a taxa de desconto de 18,16% ao ano.

Em dezembro 2018 a mesma controlada adquiriu 80% da empresa ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda., na operação foi gerado um ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 22.577. Na data de conclusão da elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia encontra-se em fase de revisão e ajustes da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da empresa adquirida.

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Fornecedores - mercado externo	162.964	236.811	213.391	271.216
Fornecedores - mercado interno	152.647	172.904	171.936	174.471
Direitos autorais e licenças de uso a pagar	34.097	37.899	34.097	37.899
Variação cambial fornecedor	380	5.880	144	6.147
Juros a apropriar AVP Fornecedores	(2.529)	(3.664)	(2.870)	(3.848)
	347.559	449.830	416.698	485.885

Os Direitos autorais e licenças de uso a pagar, representam obrigação pela aquisição de uso de direito de *softwares* da *Microsoft Corporation*. Tais direitos estão formalizados através de *license agreement* celebrados entre as partes e são renovados periodicamente.

O prazo médio de pagamento para fornecedores é de 98 dias. O ajuste a valor presente das contas a pagar aos fornecedores é calculado para demonstrar a obrigação do fluxo de caixa futuro descontado a valor presente. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário) como referência.

17. FORNECEDORES CONVÊNIO

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui o saldo de R\$ 32.562 (R\$ 256 em 31 de dezembro de 2017) referente a operações estruturadas com seus fornecedores denominadas "forfeiting". As operações de "forfeiting" possibilitam que o fornecedor receba os valores em um prazo mais curto que a data de vencimento dos títulos, utilizando linhas de crédito da Companhia, sendo a instituição financeira credora da operação durante esse período. A administração entende que essa transação tem natureza específica e classificada separadamente da conta "Fornecedores".

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Ao custo amortizado Passivo Circulante	Taxa média contratual (a.a.)	Taxa swap média em % CDI	Vencimento	Garantias	Controladora e Consolidado	
					31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Capital de Giro	4,63%+VC	139,90%	23/11/2018	Nota promissória	-	178.341
Capital de Giro	6,00+VC	139,98%	18/07/2019	Nota promissória	39.788	-
Capital de Giro	4,05+VC	112,80%	27/08/2019	Nota promissória	36.900	-
Capital de Giro	6,07 + VC	139,90%	18/11/2019	Nota promissória	208.290	-
Capital de Giro	2,04%+CDI	-	De 29/09/2019 a 19/12/2019	Nota promissória	4.221	5.113
Capital de Giro	2,70%+CDI	-	De 30/09/2018 a 31/12/2018	Nota promissória	-	2.949
Capital de Giro	122%CDI	-	02/07/2018	Estoques/ Duplicatas	-	11.557
Capital de Giro	3,89% + CDI	-	De 31/07/2018 a 29/11/2018	Nota promissória	-	14.201
Capital de Giro	2,66% + CDI	-	29/03/2022	Nota promissória	4.630	-
Capital de Giro	135%CDI	135%	20/08/2021	Nota promissória	10.045	-
Capital de Giro	137,5%CDI	-	14/02/2018	Nota promissória	-	72.733
Capital de Giro	130,20%CDI+0,14%	-	14/02/2019	Nota promissória	72.333	-
FINEP	5%+TR	-	15/06/2025	Carta fiança	8.081	4.096
BNDES - FINAME	7,00%	-	15/06/2018	Alienação Fiduciária	-	1.977
BNDES (a)	TJLP + 3%	-	Até 15/12/2021	Carta Fiança	27.099	56.273
FINIMP	3,15%+VC	114,40%	20/02/2018	Nota promissória	-	15.864
FINIMP	3,15%+VC	111,60%	05/03/2018	Nota promissória	-	21.022
FINIMP	3,12+VC	110,58%	18/05/2018	Nota promissória	-	10.251
FINIMP	3,12+VC	111,41%	21/05/2018	Nota promissória	-	4.658
FINIMP	3,12+VC	111,50%	22/05/2018	Nota promissória	-	20.563
FINIMP	3,12+VC	111,55%	30/05/2018	Nota promissória	-	7.610
FINIMP	3,15+VC	111,93%	08/06/2018	Nota promissória	-	6.306
FINIMP	3,15+VC	111,20%	20/06/2018	Nota promissória	-	6.155
FINIMP	4,87 +VC	119,55%	20/05/2019	Nota promissória	29.255	-
FINIMP	4,87 +VC	113,90%	03/06/2019	Nota promissória	24.165	-
FINIMP	5,53 + VC	111,70%	26/09/2019	Nota promissória	38.933	-
FINIMP	5,23 + VC	125,00%	25/10/2019	Nota promissória	15.694	-
Arrendamento mercantil financeiro	3,80%+CDI	-	Até 02/2018	Alienação Fiduciária	-	36
					519.434	439.705
Passivo não circulante						
BNDES (a)	TJLP + 3%	-	Até 15/12/2021	Carta fiança	23.710	49.974
Capital de Giro	2,04%+CDI	-	De 29/09/2019 a 19/12/2019	Nota promissória	-	2.736
Capital de Giro	2,66% + CDI	-	29/03/2022	Nota promissória	9.294	-
Capital de Giro	135%CDI	135%	20/08/2021	Nota promissória	16.667	-
FINEP	5%+TR	-	15/06/2025	Carta fiança	41.130	38.892
					90.801	91.602
Total de empréstimos e financiamentos					610.235	531.307

Nos empréstimos e financiamentos da Companhia e empresas controladas não consta nenhuma cláusula restritiva ("covenants") que esteja atrelada ao cumprimento de indicadores financeiros.

(a) BNDES

No final do exercício de 2015, a Companhia aprovou junto ao BNDES um contrato de crédito no montante de R\$ 67.725, dos quais foram captados até o final do exercício de 2018 o montante de R\$ 47.408, o saldo remanescente expirou e não será captado. Os recursos foram aplicados em planos de inovação, com atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de automação industrial, tecnologia educacional, e centro de inovação associado a novos produtos.

No exercício de 2018, a Companhia aprovou junto a FINEP um contrato de crédito no montante de R\$ 125.100 cujos recursos serão aplicados nos mesmos planos e projetos citados acima, os valores serão captados em parcelas até o final do exercício de 2021.

Os vencimentos de empréstimos de longo prazo são como seguem:

31 de Dezembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
Ano	Controladora e consolidado	Ano	Controladora e consolidado
2020	33.868	2018	35.922
2021	30.529	2019	18.013
2022	8.642	2020	17.013
2023	7.571	2021	6.069
2024	6.406	2022	5.482
Acima de 2024	3.785	Acima de 2022	9.103
Total	90.801	Total	91.602

19. PROVISÕES

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Passivo Circulante					
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	39.388	48.746	42.393	48.746
Provisão para VPC	(b)	9.274	6.448	9.274	6.448
Provisão para comissões	(c)	6.248	17.043	6.400	17.043
Provisão para rebate	(d)	914	588	914	588
Provisão para royalties	(e)	2.257	6.151	2.257	6.151
Provisão para investimento em P&D	(f)	8.493	4.271	12.174	4.271
Outras provisões		1.509	1.182	1.653	1.182
		68.083	84.429	75.065	84.429
Passivo Não Circulante					
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	14.060	9.216	14.060	9.216
		82.143	93.645	89.125	93.645

(a) Provisão para garantias e assistência técnica

Com base no número de computadores em garantia e no prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas e, adicionalmente, em função do histórico recente de frequência de atendimentos por máquina e do custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida, em relação aos equipamentos em garantia nas respectivas datas base.

(b) Provisão para VPC - Verba de Propaganda Cooperada

Os valores provisionados como verba de propaganda cooperada são calculados com base em percentuais acordados entre as partes e se trata de verbas para inserções promocionais e exposição dos produtos da Companhia. Os percentuais dessa verba são negociados individualmente com cada cliente.

(c) Provisão para comissões

A provisão para comissões é calculada tomando-se por base o percentual individual de comissões registradas nos pedidos de vendas.

(d) Provisão para rebate

Os valores provisionados como rebate são calculados com base em percentuais históricos e demandas adicionais, negociados individualmente com cada cliente. São verbas destinadas para reposicionamento de preço, estimulando as vendas do varejo.

e) Provisão para royalties

Os valores provisionados como royalties são calculados com base em percentuais contratuais estabelecidos com o fornecedor e que incidem de forma geral sobre o faturamento de produtos que utilizam as tecnologias ou marcas.

f) Provisão para investimento em P&D

Para usufruir de determinados benefícios fiscais a Companhia deve investir parte de seu faturamento de bens e serviços de informática incentivados em projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os valores provisionados são calculados aplicando o percentual médio do faturamento a ser investido nesses projetos sobre a receita bruta de vendas.

20. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
PIS E COFINS	5.573	18.435	7.219	18.601
IRPJ E CSLL	231	-	2.321	-
INSS	2.627	2.936	2.838	3.145
IRRF E CSRF	2.334	5.194	2.392	5.285
IPI	1.405	2.942	2.155	2.954
ICMS	1.691	2.412	1.321	2.438
Outros impostos e contribuições	2.697	3.398	3.317	3.547
	16.558	35.317	21.563	35.970

21. OUTROS PASSIVOS

a) Receita Diferida

Refere-se à parcela da Subvenção para Investimento que será apropriada ao resultado dos próximos exercícios, conforme mencionado na Nota 9. Como resultado da fruição dos benefícios fiscais de ICMS nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia registrou o montante no passivo, sob a rubrica de receita diferida. Este montante será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no Pronunciamento Técnico CPC 7 e divulgada na Nota 15.a.

b) Outras Contas a Pagar

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Adiantamento de clientes	1.475	216	2.230	216
Receita antecipada (i)	2.452	-	2.594	-
Contas a pagar por aquisição de controlada (ii)	-	-	26.250	-
Contas a pagar	5.329	6.123	6.793	7.213
	9.256	6.339	37.867	7.429
Circulante	6.371	4.008	13.874	5.096
Não Circulante	2.885	2.331	23.993	2.333

- (i) A Companhia celebrou um contrato com uma instituição financeira garantindo exclusividade no que diz respeito ao processamento da folha de pagamento, ações de publicidade de produtos e serviços bancários, instalação e manutenção de estruturas de atendimento. A Companhia recebeu o valor pactuado à vista, e a receita será apropriada ao resultado de acordo com a vigência do contrato.
- (ii) Representa os valores a pagar pela controlada Positivo Smart Tecnologia Ltda. (anteriormente denominada Positivo Informática da Bahia Ltda.) aos sócios não controladores da empresa ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. na aquisição de 80% das quotas dessa investida. A dívida será atualizada pelo IGP-M, e de acordo com as cláusulas contratuais e possui o seguinte cronograma de liquidação:

Consolidado	
Ano	Valor R\$
2019	5.250
2020	5.250
2021	5.250
2022	5.250
2023	5.250
	26.250

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 apresentando a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativo				
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos				
Provisão para garantia	18.172	17.120	19.194	17.120
Estoques obsoletos	18.411	18.530	19.253	18.823
Contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	12.600	13.083	12.600	13.083
Ajuste a valor presente	286	1.246	286	1.246
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	13.195	10.799	13.195	10.799
Provisão para comissões	6.466	5.795	6.441	5.795
Rebate	311	200	311	200
Provisão para VPC	3.153	2.192	3.153	2.192
Provisão para investimento em P&D	2.888	2.091	2.888	2.091
Projetos de desenvolvimento de produtos	(13.351)	(15.025)	(13.351)	(15.025)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	388.083	394.011	393.067	395.280
Diferido não contabilizado	(386.804)	(383.311)	(392.293)	(384.873)
	63.410	66.731	64.744	66.731

O registro do crédito tributário está suportado pelos planos de negócios da Companhia, os quais consideram a ampliação das atividades comerciais, lucros tributáveis nas empresas controladas em conjunto no exterior, decisão da Administração de distribuir dividendos no Brasil utilizando parte da receita de subvenção para investimentos, também na premissa de redução do efeito da subvenção para investimento nos resultados da Companhia, decorrente das mudanças na legislação e da reorganização societárias incorrida em 2015, o que irá gerar lucro tributável suficiente para compensar o referido crédito tributário diferido.

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelo Conselho de Administração, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado que a mesma opera, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais está representada a seguir:

Expectativa de realização	Controladora							Total
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Impostos de renda	1.199	4.794	6.336	7.551	9.168	10.594	6.985	46.627
Contribuição social	400	1.598	2.112	2.517	3.056	3.531	3.570	16.784
Total	1.599	6.392	8.447	10.067	12.224	14.125	10.555	63.410

Anualmente a Administração reavalia o resultado efetivo desses planos de negócios na geração de lucros tributáveis e, consequentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributários.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro e/ou prejuízo líquido da Companhia e suas controladas e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia e suas controladas.

Os tributos diferidos passivos referem-se a: (i) diferimento de contas a receber de órgãos governamentais e, (ii) incentivo fiscal introduzido pela Lei nº 10.637/2002 e posteriormente alterado pela Lei nº 11.196/2006, que possibilita a dedutibilidade dos gastos com projetos de Desenvolvimento por regime de caixa para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social. Tal incentivo é direcionado ao ramo de negócio da Companhia e refere-se aos gastos com projetos de desenvolvimentos de produtos registrados no ativo intangível. O valor dos impostos diferidos será revertido na medida em que os projetos forem amortizados.

(b) Receita (despesa) no resultado

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	10.233	(44.035)	10.233	(43.987)
Alíquota vigente combinado	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(3.479)	14.972	(3.479)	14.956
Exclusão equivalência patrimonial	(5.428)	(3.263)	(996)	(2.083)
Provisões e demais (adições) exclusões a base de cálculo	(6.786)	-	(6.786)	-
Exclusões / (adições) permanentes	(1.866)	1.037	5.864	1.061
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias para os quais não foram constituídos impostos diferidos	4.398	(16.262)	(7.764)	(17.498)
IRPJ/CSLL apurados	(13.161)	(3.516)	(13.161)	(3.564)
Incentivo fiscal P&D	2.467	-	2.467	-
Despesa contabilizada	(10.694)	(3.516)	(10.694)	(3.564)
Imposto de Renda e contribuição social correntes	(7.373)	-	(7.373)	(48)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.321)	(3.516)	(3.321)	(3.516)
	(10.694)	(3.516)	(10.694)	(3.564)

23. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia possui contingências que estão sendo discutidas judicialmente, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis. A administração da Companhia acredita que a solução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado, que corresponde aos valores das ações consideradas como "perdas prováveis".

Referem-se basicamente à:

	Controladora e Consolidado			
	Cível	Tributária	Trabalhista	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.311	16.545	16.687	39.543
Provisões reconhecidas	1.774	572	3.419	5.765
Reversões / Reduções por pagamentos	(721)	(4.468)	(1.640)	(6.829)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.364	12.649	18.466	38.479
Provisões reconhecidas	423	2.334	1.747	4.504
Reversões / Reduções por pagamentos	(2.078)	(15)	(3.830)	(5.923)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.709	14.968	16.383	37.060
Circulante				4.139
Não Circulante				32.921

O montante registrado na controladora e consolidado, no passivo circulante é de R\$ 4.139 (R\$ 5.387, em 31 de dezembro de 2017) e o registrado no passivo não circulante é de R\$ 32.921 (R\$ 33.092, em 31 de dezembro de 2017).

Cível

Processos judiciais em que são discutidas questões de natureza comercial, relacionadas a reclamações de consumidores sobre produtos e serviços fornecidos pela Companhia. Não há processos individualmente relevantes.

Tributária

Processos administrativos e judiciais envolvendo a discussão da legalidade ou constitucionalidade das exigências de impostos, taxas e contribuições de competência municipal, estadual e federal. Não há processos individualmente relevantes.

Trabalhista

Processos judiciais em que são discutidas a relação de trabalho e a relação de emprego. Não há processos individualmente relevantes.

Perda possível

Os valores das contingências, consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi constituída conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil são demonstradas conforme abaixo:

	Controladora Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Tributárias		
Impostos e contribuições (a)	312.767	238.711
Trabalhista		
Empregados (b)	3.028	3.971
Cíveis		
Órgão Público e		
Empresas Privadas (c)	63.354	26.989
Consumidor (c)	1.704	7.834
	380.853	277.505

(a) Impostos e contribuições (principais valores totalizam R\$ 281.128):

- (i) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da discussão sobre diferença de alíquota na importação de placas de captura de sinal de TV e placas de vídeo.
- (ii) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCMs das importações de microprocessadores realizadas pela Companhia. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.
- (iii) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCMs das importações de telas de LCD realizadas pela filial da Companhia localizada em Ilhéus-BA, nos últimos três anos. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.
- (iv) ISS - Auto de infração da Prefeitura Municipal de Curitiba que discute a incidência do imposto sobre serviços sobre a cessão do direito de uso do Portal Educacional, locação de bens móveis, licenças de uso de software de prateleira e imunidade sobre livro eletrônico.
- (v) PIS e COFINS – Processo fiscal discutindo a glosa de créditos extemporâneos de PIS e COFINS apropriados pela Companhia sobre gastos com comissão, propaganda e assistência técnica.
- (vi) PIS e COFINS – Auto de infração cobrando multa sobre valor de débitos objeto de declarações de compensação não homologadas.

(b) Trabalhistas

Empregados: Processos judiciais em que são discutidas verbas e indenizações trabalhistas. Não há processos individualmente relevantes.

(c) Cíveis

(i) Órgãos públicos (principais valores totalizam R\$ 50.473):

Procedimento administrativo no fornecimento de equipamentos ao Estado de Pernambuco - Departamento de Infraestrutura para Inclusão Digital – DEID sobre o contrato 02/2007/STE-MC, ação discute multa aplicada por suposto descumprimento parcial do contrato.

Estado de Pernambuco – Ação ordinária para a anulação do processo licitatório 046/2011 da Secretaria de Educação de Pernambuco.

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Ação Ordinária tendo por objeto evitar a inscrição no SICAF, CADIN e similares, suspender exigibilidade das multas e anular penalidades (atrasos de chamados técnicos).

Receita Federal do Brasil –Recurso que tramita no âmbito administrativo contestando a aplicação de multas aplicadas por suposto atraso no atendimento de chamados de instalação e/ou manutenção, contratos 36/2011 e 58/2011.

(II) Consumidor: São processos administrativos e judiciais relacionados a reclamações de consumidores sobre produtos e serviços fornecidos pela Companhia, pleiteando a substituição do produto ou a devolução dos valores pagos. No caso de processos administrativos, estes são instaurados por órgãos de defesa e proteção ao consumidor tendo por objeto a análise da existência de prática infrativa às relações de consumo, com a possibilidade de aplicação de multas nos termos do decreto 2181/97. Não há processos individualmente relevantes.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 389.000. O total de ações é de 87.800.000, sendo todas de classe ordinária, distribuídas como segue:

	Quantidade de ações (unidades)	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Acionistas		
Controladores e partes relacionadas	62.093.094	62.093.094
Não controladores, partes relacionadas e diretores	141.756	92.224
Ações em tesouraria	1.835.408	1.585.408
Ações em circulação	23.729.742	24.029.274
	87.800.000	87.800.000

Com base na Ata da Reunião de sócios, realizada em 17 de agosto de 2006, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária e de decisão de Assembleia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, até o limite do capital autorizado da Companhia de 4.500.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal definido.

Os controladores diretos da Companhia são conforme segue:

Controladores diretos	Quantidade de ações ordinárias (Em Unidades)	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Hélio Bruck Rotenberg	13.418.619	13.418.619
Cixares Líbero Vargas	12.418.618	12.418.618
Isabela Cesar Formighieri Mocelin	3.806.207	3.806.207
Daniela Cesar Formighieri Rigolino	3.806.206	3.806.206
Sofia Guimarães Von Ridder	4.139.540	4.139.540
Samuel Ferrari Lago	4.139.540	4.139.540
Paulo Fernando Ferrari Lago	4.139.540	4.139.540
Rodrigo Cesar Formighieri	3.806.206	3.806.206
Lucas Raduy Guimarães	4.139.539	4.139.539
Giem Raduy Guimarães	4.139.540	4.139.539
Thais Susana Ferrari Lago	4.139.539	4.139.539
Oriovisto Guimarães	-	1
	62.093.094	62.093.094

(b) Reserva de capital - Incentivos fiscais e Opções

	Controladora Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Reservas de Subvenção para investimentos (i)	118.305	118.305
Reservas de Benefício das opções <i>Stock Option</i> (ii)	812	207
	119.117	118.512

(i) Reservas de subvenção para investimentos

Refere-se aos incentivos fiscais detidos pela Companhia, os quais eram contabilizados nesta rubrica até 31 de dezembro de 2007. Após Lei 11.638/07, estes benefícios passaram a ser contabilizados na rubrica de reservas de lucros.

(ii) Opção de compra concedida pelo plano de compra de ações para os empregados

Opções de compra concedidas no âmbito do plano de opções de compra de ações para os empregados não dão direito a voto nem a dividendos. Mais detalhes sobre o plano de opção de compra de ações para funcionários estão descritos na Nota 34.

(c) Reserva de lucros

	Controladora Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Reservas de Subvenção p/ Incentivos Fiscais (i)	61.762	66.988
Reserva legal (ii)	81	81
	61.843	67.069

(i) Reservas de subvenção para incentivos fiscais

Conforme mencionado na Nota 8, os valores registrados nesta conta referem-se ao incentivo fiscal de ICMS, em conformidade com o Decreto Estadual nº 5.375/2002 (vigência do Artigo 3º até 31 de julho de 2011), e pelo Decreto Estadual nº 1922/2011 em vigor a partir de 01 de agosto de 2011. Segundo a legislação do Imposto de Renda, a Reserva de Incentivos Fiscais pode ser utilizada para aumento de capital e absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída como dividendos, por tratar-se de um benefício do Estado à Companhia para uma atividade específica.

(ii) Reserva legal

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva legal é constituída anualmente, desde que o saldo dessa reserva acrescido do montante de reservas de capital não exceda 30% do capital social, com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não excederá a 20% do capital social.

(d) Dividendos

Conforme ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de março de 2008, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários; deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços; declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual; poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.

(e) Apropriação do lucro/prejuízo

Do lucro líquido do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados. Sobre o lucro remanescente, será calculada a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no artigo 152, § 1º da Lei nº 6.404/76, e a reserva legal de 5%, que não excederá 20% do capital social.

(f) Ações em tesouraria

Para atender ao plano de opções para executivos, a Companhia possui um total de 1.835.408 de ações em tesouraria (1.585.408 em 31 de dezembro de 2017), adquiridas através do programa de recompra, ao preço médio de R\$ 10,48, no total de R\$ 19.229, em 31 de dezembro de 2018 (em 31 de dezembro de 2017, com base nas ações em tesouraria remanescente o valor total da aquisição é de R\$ 23.109). Considerando que as ações fossem vendidas ao preço de R\$ 2,24 em 31 de dezembro de 2018 (preço da cotação na referida data), o efeito no patrimônio seria de uma perda de R\$ 15.118 (perda de R\$ 18.169 em 31 de dezembro de 2017).

(g) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, os ganhos e perdas atuariais provenientes do plano de benefício a funcionários e resultado em operações de hedge de fluxo de caixa. Para as variações cambiais o efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Para perdas e ganhos atuariais, os valores serão reconhecidos no momento da reavaliação do passivo atuarial. As transações de hedge de fluxo de caixa serão transferidas ao resultado do exercício se identificado parcela ineficaz e/ou quando do término da relação de hedge.

25. RECEITA

A seguir, a análise da receita da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Receita bruta da venda de produtos	2.097.359	2.140.718	2.104.828	2.148.847
Receita bruta de serviços prestados	49.992	37.030	49.992	37.030
Receita Bruta Total:	2.147.351	2.177.748	2.154.820	2.185.877
Menos:				
Impostos sobre vendas	(339.878)	(386.456)	(338.762)	(384.687)
Subvenção para investimento	215.450	196.473	211.118	196.473
Devoluções e abatimentos	(74.439)	(84.318)	(75.839)	(84.055)
Receita líquida	1.948.484	1.903.447	1.951.337	1.913.608

26. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. A informação sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	1.372.616	1.354.280	1.360.504	1.351.147
Despesas com pessoal	154.693	143.892	168.617	150.286
Despesas gerais	37.499	52.430	44.465	56.918
Despesa com serviços com terceiros	49.024	41.896	49.125	45.715
Despesa com verba de propaganda cooperada	50.061	53.193	50.061	53.193
Despesa com comissões	31.365	28.013	30.386	28.013
Depreciação e amortização	29.733	31.588	32.586	31.999
Outras despesas operacionais líquidas	143.672	132.531	143.262	134.048
	1.868.663	1.837.823	1.879.006	1.851.319
Custo dos produtos vendidos	1.427.465	1.408.903	1.436.949	1.420.259
Despesas com vendas	338.432	332.112	336.909	332.140
Despesas gerais e administrativas	102.766	96.808	105.148	98.920
	1.868.663	1.837.823	1.879.006	1.851.319

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Para gerenciar seu negócio e tomar decisões, a Companhia utiliza informações que focam nos canais de venda de produtos e serviços, que são a base na qual reporta suas informações primárias por segmento. Os principais segmentos operacionais da Companhia são: vendas ao varejo e vendas a entidades governamentais. As informações por segmento reportáveis dessas unidades estão apresentadas a seguir:

Receita e resultados dos segmentos

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2018			31 de Dezembro de 2017		
	Varejo	Governo	Segmentos reportáveis	Varejo	Governo	Segmentos reportáveis
Receita líquida de vendas	1.009.622	555.678	1.565.300	911.160	522.092	1.433.252
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(734.061)	(411.624)	(1.145.685)	(640.749)	(405.940)	(1.046.689)
Lucro bruto	275.561	144.054	419.615	270.411	116.152	386.563
Despesas operacionais	(253.366)	(102.153)	(355.519)	(257.399)	(99.142)	(356.541)
Resultado antes do resultado financeiro	22.195	41.901	64.096	13.012	17.010	30.022
Resultado financeiro líquido	(33.955)	(28.074)	(62.029)	(16.798)	(29.829)	(46.627)
Lucro (Prejuízo) antes dos efeitos tributários	(11.760)	13.827	2.067	(3.786)	(12.819)	(16.605)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	-	(5.329)	(5.329)	(1.403)	(601)	(2.004)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(11.760)	8.498	(3.262)	(5.189)	(13.420)	(18.609)

A conciliação entre o total das receitas dos segmentos reportáveis com as receitas totais da Companhia e suas controladas é como segue:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Receita líquida de vendas		
Receita líquida de vendas dos segmentos reportáveis	1.565.300	1.433.252
Receita líquida de vendas dos segmentos não reportáveis	386.037	480.356
	1.951.337	1.913.608

A conciliação entre o total do resultado líquido dos segmentos reportáveis com o resultado líquido da Companhia e suas controladas é como segue:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Lucro (prejuízo) líquido do período		
Lucro (Prejuízo) líquido do período dos segmentos reportáveis	(3.262)	(18.609)
Lucro (Prejuízo) líquido do período dos segmentos não reportáveis	2.801	(28.942)
	(461)	(47.551)

A receita dos segmentos apresentada anteriormente não inclui receitas auferidas com controladas. As políticas contábeis para os segmentos reportáveis são as mesmas aplicadas à Companhia. O lucro ou prejuízo do segmento corresponde ao auferido por cada segmento, após a alocação de todas as receitas, custos e despesas.

(a) Receita dos principais produtos e serviços

Abertura da receita líquida por produto

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Produtos		
Notebooks	909.011	588.819
Desktops	535.326	589.089
Tablets	5.793	11.605
Telefones Celulares	351.466	422.415
Conversores Digitais	51.203	207.520
Outros	98.538	94.160
	1.951.337	1.913.608

(b) Ativos e passivos por segmento

Os ativos e passivos da Companhia embora sejam destinados a alguns segmentos, não são gerenciados de maneira independente por se tratar, substancialmente, na fabricação de equipamentos de informática e celulares para atender aos segmentos de vendas.

(c) Informações geográficas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas reconheceram R\$ 22.044 de vendas no mercado externo (R\$ 21.253 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017). O restante das vendas ocorreu no território brasileiro.

(d) Informações sobre principais clientes

Cinco clientes da Companhia foram responsáveis por mais de 36% da receita líquida total no exercício 2018.

28. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente - clientes	22.907	38.651	32.292	40.014
Rendimento aplicação financeira	10.236	22.376	10.329	22.902
Outras receitas financeiras	5.508	2.219	5.509	2.219
	38.651	63.246	48.130	65.135
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(56.731)	(77.570)	(57.138)	(77.927)
Ajuste a valor presente - fornecedores	(23.681)	(27.038)	(27.976)	(28.212)
Imposto sobre operações financeiras	(1.527)	(1.823)	(1.535)	(1.847)
Multas contratuais	(1.103)	(606)	(1.103)	(606)
Outras despesas financeiras	(16.507)	(18.105)	(16.811)	(18.128)
	(99.549)	(125.142)	(104.563)	(126.720)
Total das receitas e despesas financeiras	(60.898)	(61.896)	(56.433)	(61.585)
Variação cambial				
Ganho na cobertura cambial	63.193	14.638	63.193	14.638
Perda na cobertura cambial	(24.449)	(31.789)	(24.449)	(31.789)
Ganho na variação cambial	32.429	16.107	35.575	17.472
Perda na variação cambial	(69.483)	(20.036)	(82.667)	(21.800)
	1.690	(21.080)	(8.348)	(21.479)
Resultado financeiro, líquido	(59.208)	(82.976)	(64.781)	(83.064)

Abaixo demonstramos o efeito caixa da variação cambial ao longo do ano de 2018 consolidado:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
NDF / Opções		
(+) Saldo inicial	4.050	(6.876)
(+) (Perda)/Ganho reconhecido no resultado	38.744	(17.151)
(-) Saldo final	2.740	4.050
(=) Efeito caixa (Redução)/Aumento	40.054	(28.077)
Variação Cambial fornecedores		
(+) Saldo inicial	(9.790)	(1.614)
(+) Ganho (Perda) reconhecida no resultado	(47.092)	(3.525)
(-) Saldo final	306	(9.790)
(=) Efeito caixa - (Redução)/Ganho	(57.188)	4.651
(Perda) Ganho líquido reconhecido	(8.348)	(20.676)
Efeito líquido no caixa - (Redução)	(17.134)	(23.426)

29. SEGUROS - CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2018, os contratos de seguros estabelecidos pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida a seguir:

Ramo	Cobertura por eventos	Valor em risco	Vigência
Riscos Nomeados e Operacionais	Danos patrimoniais, Estoques e Lucros Cessantes (Quiosques)	980	30/03/2018 a 30/03/2019
Riscos Nomeados e Operacionais	Danos patrimoniais, Estoques e Lucros Cessantes	645.381	01/04/2018 a 01/04/2019
Riscos Nomeados e Operacionais	Seguro de Crédito - Comercialização de equipamentos de informática	80.175	01/10/2018 a 30/09/2019
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	3.574	06/06/2016 a 06/06/2019
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	10.458	04/01/2016 a 03/01/2021
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	13.198	04/01/2016 a 03/01/2021
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	114	13/01/2016 a 12/01/2021
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	7.224	14/06/2017 a 14/06/2020
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil Geral	5.000	31/03/2018 a 31/03/2019
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	60.647	13/07/2017 a 13/07/2020
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	7.224	14/06/2017 a 14/06/2020
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	677	07/08/2018 a 07/08/2021
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil - diretores e administradores	150.000	30/10/2018 a 30/10/2019

Os auditores independentes não avaliaram a suficiência dos montantes contratados para cobrir eventuais sinistros.

30. PREJUÍZO POR AÇÃO

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias diluidoras.

	Controladora	
	31 de dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Básico		
Numerador básico		
Lucro (Prejuízo) líquido alocado para ações ordinárias	(461)	(47.551)
Denominador básico		
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	86.296	86.077
Prejuízo por ação - Básico	(0,0053)	(0,5524)
Diluído		
Numerador diluído		
Lucro (Prejuízo) líquido alocado para ações ordinárias	(461)	(47.551)
Denominador diluído		
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	86.807	86.854
Prejuízo por ação - Diluído	(0,0053)	(0,5475)

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro (prejuízo) por ação diluído, como segue:

	Controladora	
	31 de dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Básico		
Número médio ponderado de ações da Companhia	87.800	87.800
Número médio ponderado de ações em tesouraria	(1.504)	(1.723)
Média ponderada das ações ordinárias utilizadas na apuração do prejuízo básico por ação	86.296	86.077
Diluído		
Número médio ponderado de de ações da Companhia	87.800	87.800
Número médio ponderado de ações em tesouraria	(1.504)	(1.723)
Número médio ponderado de opções	511	777
Média ponderada das ações ordinárias utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação	86.807	86.854

31. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

31.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia gere os riscos globais, concentrando-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, não tendo o propósito de especulação para alavancar seus resultados financeiros. As informações quantitativas para cada tipo de risco decorrente dos instrumentos financeiros estão destacadas nas seções a seguir, as quais representam as concentrações de risco que são monitoradas pela Administração da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, seguindo as diretrizes da Diretoria e do Conselho de Administração.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia atua preponderantemente no mercado doméstico, mas realiza importações de insumos do mercado externo, estando, portanto exposta ao risco cambial, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. As principais transações referem-se às contas a pagar a fornecedores estrangeiros (Nota 16) e às operações de empréstimos de capital de giro (Nota 18).

A Administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. A Companhia, cujas operações estão expostas ao risco cambial, é requerida a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação do departamento financeiro. O principal objetivo é proteger seus compromissos assumidos em dólar de oscilações nos preços futuros, de forma a proporcionar maior previsibilidade em sua operação. A Companhia pratica operações de Opções de compra de dólar e/ou também operações de NDF (*Non Deliverable Forward*), as quais possuem a finalidade de proteção contra as oscilações das taxas de câmbio, cobrindo assim, apenas a exposição cambial pelo prazo de pagamento concedido por fornecedores na compra de componentes importados. Adicionalmente a Companhia pratica operações de *Swap* com o objetivo de proteger seus empréstimos em moeda estrangeira das oscilações nas cotações futuras. As principais análises feitas pelo departamento financeiro para a contratação de instrumentos financeiros derivativos são:

- A partir da análise do saldo em contas a pagar referente às importações, sejam relativos ao material já em estoque, ou do material em trânsito, os contratos derivativos são semanalmente revisados e/ou incrementados.
- O montante e tipo de modalidade a serem contratados são definidos à luz das particularidades de cada uma delas em relação à volatilidade do dólar e perspectivas futuras da economia.

- Com base na análise de sensibilidade da volatilidade do dólar versus as modalidades de *hedge* contratadas ao longo dos meses, é possível mensurar as possíveis necessidades de caixa para fazer frente aos resultados das operações de NDF.

31 de dezembro de 2018				
	Controladora		Consolidado	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber				
Dólares americanos	510	1.975	569	2.203
Passivo				
Fornecedores mercado externo				
Dólares americanos	(50.955)	(197.441)	(63.909)	(247.633)
Empréstimos				
Dólares americanos	(92.231)	(357.377)	(92.231)	(357.377)
Euros (convertido em dólares americanos)	(9.523)	(36.900)	(9.523)	(36.900)
Instrumentos financeiros derivativos				
Swap - Dólares americanos	92.231	357.377	92.231	357.377
Swap - Euros (convertido em dólares americanos)	9.523	36.900	9.523	36.900
NDFs - Dólares americanos	43.754	169.538	43.754	169.538
Opções de compra - Dólares americanos	3.558	13.787	3.558	13.787
Exposição Líquida 1	(3.133)	(12.141)	(16.028)	(62.105)
Projetos de governo				
Dólares americanos	(19.477)	(75.469)	(19.477)	(75.469)
Exposição Líquida 2	(22.610)	(87.610)	(35.505)	(137.574)

31 de dezembro de 2017				
	Controladora		Consolidado	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber				
Dólares americanos	316	1.045	316	1.045
Passivo				
Fornecedores mercado externo				
Dólares americanos	(84.822)	(280.590)	(93.681)	(309.896)
Empréstimos				
Dólares americanos	(81.853)	(270.770)	(81.853)	(270.770)
Instrumentos financeiros derivativos				
Swap - Dólares americanos	81.853	270.770	81.853	270.770
NDFs - Dólares americanos	46.107	152.522	46.107	152.522
Opções de compra - Dólares americanos	5.450	18.029	5.450	18.029
Exposição Líquida 1	(32.949)	(108.994)	(41.808)	(138.300)
Projetos de governo				
Dólares americanos	(9.063)	(29.980)	(9.063)	(29.980)
Exposição Líquida 2	(42.012)	(138.974)	(50.871)	(168.280)

Exposição Líquida 1 - refere-se exposição em moeda estrangeira considerando os ativos e passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos.

Exposição Líquida 2 - refere-se exposição em moeda estrangeira considerando os ativos e passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial e os compromissos futuros decorrentes dos Projetos de Governo, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos. Os Projetos de Governo referem-se às licitações ganhas pela Companhia para fornecimento de computadores nos próximos meses. Por esta razão a Companhia calcula a exposição que estará sujeita com a aquisição de insumos no exterior para fazer frente a estes compromissos assumidos.

- (ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, exceto o saldo de aplicações financeiras. O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo conforme Nota 18. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Nas datas de 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os empréstimos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em reais e dólares. A análise de sensibilidade com os cenários projetados e os respectivos impactos no patrimônio líquido e no resultado estão apresentados no item "d" desta Nota.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, bem como de exposições de crédito a clientes do governo e do varejo. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes, usualmente classificadas como "instituições de primeira linha". As instituições financeiras com as quais a Companhia opera, são avaliadas pelas agências de classificação de *rating* como de baixo risco. Para os clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores, conforme detalhado na Nota 7 que traz divulgação adicional sobre o risco de crédito com clientes. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

(c) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Passivos financeiros

	Controladora						
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
	% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2018							
Fornecedores	102,16	215.991	87.217	79.442	-	-	382.650
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	138,67	6.510	86.824	426.100	79.444	11.357	610.235
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	118	-	-	118
Partes relacionadas	-	-	5.858	-	-	-	5.858
Outros passivos - não circulante	-	-	-	-	2.885	-	2.885
		<u>222.501</u>	<u>179.899</u>	<u>505.660</u>	<u>82.329</u>	<u>11.357</u>	<u>1.001.746</u>
31 de dezembro de 2017							
Fornecedores	103,21	241.784	87.229	122.248	-	-	451.261
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	136,41	9.100	128.789	301.816	76.430	15.172	531.307
Partes relacionadas	-	-	4.592	-	-	-	4.592
Outros passivos - não circulante	-	-	-	-	2.331	-	2.331
		<u>250.884</u>	<u>220.610</u>	<u>424.064</u>	<u>78.761</u>	<u>15.172</u>	<u>989.491</u>

	Consolidado					
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos
	% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2018						
Fornecedores	101,75	247.327	108.806	95.997	-	-
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	138,67	6.510	86.824	426.100	79.444	11.357
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	755	-	5.500	-
Partes relacionadas	-	-	-	-	23.993	-
Outros passivos - não circulante	-	-	-	-	-	-
		<u>253.837</u>	<u>196.385</u>	<u>522.339</u>	<u>108.937</u>	<u>11.357</u>
						1.092.855
31 de dezembro de 2017						
Fornecedores	103,21	263.742	94.395	129.363	-	-
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	136,41	9.100	128.789	301.816	76.430	15.172
Partes relacionadas	-	-	3.814	-	-	-
Outros passivos - não circulante	-	-	-	-	2.331	-
		<u>272.842</u>	<u>226.998</u>	<u>431.179</u>	<u>78.761</u>	<u>15.172</u>
						1.024.952

Ativos financeiros

	Controladora				
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Acima de um ano
	% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2018					
Caixa e bancos	-	15.562	-	-	-
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	97,53	341.330	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.097	643	-	-
Contas a receber de clientes	101,66	158.594	56.218	18.139	28
Partes relacionadas	-	-	-	64.156	-
		<u>517.583</u>	<u>56.861</u>	<u>82.295</u>	<u>28</u>
					656.767
31 de dezembro de 2017					
Caixa e bancos	-	73.972	-	-	-
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	78,48	303.891	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.228	3.333	3.923	-
Contas a receber de clientes	102,65	160.893	113.600	28.666	262
Partes relacionadas	-	-	-	23.536	-
		<u>539.984</u>	<u>116.933</u>	<u>56.125</u>	<u>262</u>
					713.304
	Consolidado				
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Acima de um ano
	% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2018					
Caixa e bancos	-	49.854	-	-	-
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	97,53	343.494	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.097	643	-	-
Contas a receber de clientes	101,66	168.573	85.084	22.407	28
Partes relacionadas	-	-	-	21.103	-
		<u>564.018</u>	<u>85.727</u>	<u>43.510</u>	<u>28</u>
					693.283
31 de dezembro de 2017					
Caixa e bancos	-	83.935	-	-	-
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	78,48	303.891	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.228	3.333	3.923	-
Contas a receber de clientes	102,65	167.781	117.775	29.171	262
Partes relacionadas	-	-	-	12.383	-
		<u>556.835</u>	<u>121.108</u>	<u>45.477</u>	<u>262</u>
					723.682

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do período. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no período, levando em consideração o período projetado de até 12 meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de moeda estrangeira, substancialmente o dólar norte-americano, e sua exposição à flutuação nas taxas de juros. A administração entende que o cenário provável reflete a expectativa de cotação do dólar norte-americano e da taxa de juros CDI do BACEN – Banco Central do Brasil na data base de 31 de dezembro de 2018. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

	Consolidado							
	Saldo patrimonial							
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	Cenários			
	Ativo/Passivo (R\$)	Ativo/Passivo (R\$)	Nacional (USD)	Nacional (USD)	Provável	-25%	-50%	-75%
Instrumentos financeiros derivativos								
Swap de taxa de juros - mantidos para negociação								
US\$ para R\$ (CDI)	-	4.434	101.754	81.853	(21.271)	(26.589)	(31.907)	(15.953)
Empréstimos								
Em US\$	(394.277)	(270.770)	(101.754)	(81.853)	-	-	-	-
Empréstimos								
Em CDI	(117.190)	(109.666)	n/a	n/a	(33.979)	(42.474)	(50.969)	(25.484)
Exposição líquida					(55.250)	(69.063)	(82.876)	(41.437)
Instrumentos financeiros derivativos								
Contratos de câmbio a termo - mantidos para negociação								
R\$ para US\$ - NDF's e Opções	2.740	4.050	47.312	51.557	(3.004)	41.871	86.754	(47.890)
Outros passivos financeiros								
Fornecedores moeda estrangeira								
US\$ para R\$	(236.373)	(309.896)	(61.003)	(93.681)	5.454	(45.392)	(96.237)	56.299
Exposição líquida 1					2.430	(3.520)	(9.483)	8.409
Fornecedores moeda estrangeira - projetos de governo								
US\$ para R\$			(19.477)	(9.063)	1.570	(16.904)	(35.380)	20.044
Exposição líquida 2					4.020	(20.420)	(44.863)	28.453
Impacto no resultado - análise de sensibilidade - vencimento futuro					(51.230)	(89.488)	(127.739)	(12.984)

Exposição líquida 1 - refere-se à exposição em moeda estrangeira considerando os passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos.

Exposição líquida 2 - refere-se à exposição em moeda estrangeira considerando os passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial e os compromissos futuros decorrentes dos Projetos de Governo, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos. Os Projetos de Governo referem-se às licitações ganhas pela Companhia para fornecimento de computadores nos próximos meses. Por esta razão a Companhia calcula a exposição que estará sujeita com a aquisição de insumos no exterior para fazer frente a estes compromissos assumidos.

31.2 Fatores de risco financeiro

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Dívida Líquida				
Dívida				
Empréstimos - terceiros	610.235	531.307	610.235	531.307
Derivativos Swap	118	(4.434)	118	(4.434)
Caixa e equivalentes	(356.892)	(377.863)	(393.348)	(387.826)
Dívida líquida (a)	253.461	149.010	217.005	139.047
Dívida				
Empréstimos - terceiros	610.235	531.307	610.235	531.307
Derivativos Swap	118	(4.434)	118	(4.434)
Derivativos Opções e NDF	(2.740)	(4.050)	(2.616)	(4.050)
Caixa e equivalentes	(356.892)	(377.863)	(393.348)	(387.826)
Dívida líquida (b)	250.721	144.960	214.389	134.997
Patrimônio Líquido (c)	508.990	506.375	509.908	506.375
Índice endividamento líquido (a)	0,50	0,29	0,43	0,27
Índice endividamento líquido (b)	0,49	0,29	0,42	0,27

- (a) A dívida líquida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes e reduzida e/ou acrescida pelo ganho e/ou perda das operações com derivativos de *swap* (proteção de contratos de empréstimos).
- (b) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes e reduzida e/ou acrescida pelo ganho e/ou perda das operações com derivativos de *swap* (proteção de contratos de empréstimos) e demais operações com instrumentos financeiros derivativos, representadas por contratos de opções e NDF (proteção do contas a pagar).
- (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

31.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos contábeis apresentados nas rubricas de contas a receber de clientes e partes relacionadas e contas a pagar aos fornecedores e partes relacionadas, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Os passivos financeiros contabilizados a custo amortizado assemelham-se ao seu valor justo, não sendo materiais para divulgação.

O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando premissas com informações observáveis de mercado. Quando essas informações não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos. Os "*swaps*" são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados com base nas curvas de rendimento aplicáveis, baseadas na cotação das taxas de juros.

Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia (contratos futuros de moeda e *swaps* de troca de variação cambial por taxas de juros) são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2, por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Ativos Financeiros

	Controladora			Consolidado		
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Ativos mensurados ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Ativos mensurados ao custo amortizado
31 de dezembro de 2018						
Ativos, conforme o balanço patrimonial						
Instrumentos financeiros derivativos	2.740	-	-	2.740	-	-
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	-	-	278.772	-	-	323.920
Partes relacionadas	-	-	64.156	-	-	21.103
Caixa e equivalentes de caixa	356.892	-	-	393.348	-	-
	359.632	-	342.928	396.088	-	345.023
	Controladora			Consolidado		
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Ativos ao valor justo por meio do patrimônio líquido	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Ativos ao valor justo por meio do patrimônio líquido	Empréstimos e recebíveis
31 de dezembro de 2017						
Ativos, conforme o balanço patrimonial						
Instrumentos financeiros derivativos	4.050	4.434	-	4.050	4.434	-
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	-	-	298.721	-	-	307.342
Partes relacionadas	-	-	23.536	-	-	12.383
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	377.863	-	-	387.826
	4.050	4.434	700.120	4.050	4.434	707.551

Passivos Financeiros

	Controladora			Consolidado		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Passivos mensurados ao custo amortizado	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Passivos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Passivos mensurados ao custo amortizado
31 de dezembro de 2018						
Passivos, conforme o balanço patrimonial						
Instrumentos financeiros derivativos	-	118	-	124	118	-
Empréstimos	-	-	610.235	-	-	610.235
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	-	389.377	-	-	487.127
Partes relacionadas	-	-	5.858	-	-	6.253
	-	118	1.005.470	124	118	1.103.617
	Controladora			Consolidado		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivo ao valor justo por meio do patrimônio líquido	Outros passivos financeiros	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Passivo ao valor justo por meio do patrimônio líquido	Outros passivos financeiros
31 de dezembro de 2017						
Passivos, conforme o balanço patrimonial						
Empréstimos	-	-	531.307	-	-	531.307
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	-	456.425	-	-	493.570
Partes relacionadas	-	-	4.592	-	-	3.814
	-	-	992.324	-	-	1.028.691

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Consolidado					
	Nocional (USD)		31/12/2018		31/12/2017	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	Ativo Circulante	Passivo circulante	Ativo Circulante	Passivo circulante
Termo de moeda (NDF) (a)	43.754	46.107	1.769	124	3.398	-
Opções de dólar (b)	3.558	5.450	971	-	652	-
Swap de taxas de juros (c)	101.754	81.853	-	118	4.434	-
	149.066	133.410	2.740	242	8.484	-

A Companhia opera com instrumentos financeiros exclusivamente para proteger certas exposições a risco, não tendo, portanto, caráter especulativo.

(a) Contratos de câmbio a termo

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 31 de dezembro de 2018, a Companhia contratou operações de "compra" de moeda a termo (NDF - Non Deliverable Forward), em dólares, nos seguintes montantes e condições:

Data da Contratação	Data de vencimento	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média
Out/18	Jan/19	1.000	3,6400
Mai/18 a Nov/18	Jan/19 a Set/19	11.983	3,9457
Jul/18 a Nov/18	Jan/19	783	3,8327
Jul/18 a Nov/18	Jan/19 a Set/19	3.176	3,9689
Jun/18 a Nov/18	Jan/19 a Nov/19	18.532	3,8496
Abr/18 a Nov/18	Jan/19 a Dez/19	8.280	3,8081
		43.754	3,8752

Durante o exercício de 2018 a Companhia reconheceu R\$ 39.375 de ganho líquido no resultado do exercício referente aos contratos liquidados e em aberto (em 2017 perda de R\$ 15.573).

(b) Contratos de opções de compra de dólar

Também com o objetivo de proteger as transações em moeda estrangeira com fornecedores do exterior frente à volatilidade do dólar norte-americano, a Companhia contratou opções de compra de dólar. O valor nocional em aberto em 31 de dezembro de 2018 era de US\$ 3.558. Os contratos serão liquidados nas suas datas de vencimento, nos seguintes montantes e condições:

<u>Data da Contratação</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Valor lastreado USD mil</u>	<u>Cotação alvo média</u>
Mai/18 a Jul/18	Jan/19	1.706	3,9982
Jul/18	Jan/19	1.000	3,7500
Abr/18	Jan/19	852	3,6015
		<u>3.558</u>	<u>3,8335</u>

Durante o exercício de 2018 a Companhia reconheceu R\$ 631 de perda líquida no resultado do exercício referente aos contratos liquidados e em aberto (em 2017 perda de R\$ 1.578).

(c) Swap de taxas de juros - *CDI x US\$*

Os "swaps" de taxa de juros são liquidados conforme o seu vencimento estipulado no contrato. A taxa de juros dos "swaps" corresponde à taxa de certificado de depósito interbancário. Em 31 de dezembro de 2018, a taxa média contratada do CDI foi de 134,51% (em 31 de dezembro 2017, 130,36%). A Companhia irá liquidar os contratos pelo valor líquido da diferença entre as taxas de juros e a variação cambial.

Instrumentos derivativos designados para contabilização de proteção (*hedge accounting*)

A partir de 1º de junho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de suas operações sujeitas à contabilização de proteção (*hedge accounting*) para os instrumentos financeiros derivativos para proteção de empréstimos denominados em moeda estrangeira, os quais compreendem todos os contratos de "swaps", documentando:

- O relacionamento do hedge;
- O objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em contratar a operação de hedge;
- A identificação do instrumento financeiro;
- O objeto ou transação de cobertura;
- A natureza do risco a ser coberto;
- A descrição da relação de cobertura;
- A demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura, quando aplicável; e
- A demonstração prospectiva da efetividade do hedge.

As posições dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa em aberto em 31 de dezembro de 2018 estão demonstradas a seguir:

Instrumento designados como Hedge de fluxo de caixa – controladora / consolidado

	Objeto de Proteção	Moeda de referência (Notional)	Valor de referência (Notional)	Valor da Curva	Valor Justo (1)	Outros resultados abrangentes	
						Ganho (Perda) acumulada	Ganho (perda) no exercício
Swap de moeda - US\$/R\$	Moeda	BRL	357.377	(7.661)	(118)	(7.543)	(623)

- (1) O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determina o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da BM&FBOVESPA.

A Companhia designa como hedge de fluxo de caixa os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de exposição de câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas, diferente da moeda funcional.

As variações no valor justo dos derivativos caracterizados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidas no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes e são reclassificadas para o resultado nos períodos em que a operação objeto do *hedge* é realizada.

Quando um instrumento de hedge deixa de cumprir os critérios para *hedge accounting* a perda ou ganho acumulado no patrimônio líquido será integralmente revertido para o resultado se a operação prevista também estiver reconhecida no resultado.

Em 31 de dezembro de 2018, os instrumentos designados como hedge de fluxo de caixa totalizavam US\$ 92.231 e EUR\$ 8.313 de valor "*notional*" R\$ 394.277. Foi reconhecida em "outros resultados abrangentes" em 31 de dezembro de 2018 uma perda líquida de R\$ 623 (em 2017 perda líquida de R\$ 2.855), e no resultado financeiro um ganho de R\$ 38.540 (em 2017 perda líquida de 15.923). Os contratos serão liquidados nas suas datas de vencimento, tendo os seguintes montantes e condições no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

			31 de dezembro de 2018	
Data da Contratação	Data de vencimento	Cobertura	Valor Nominal	
			USD mil	Valor em R\$
Mai/18 a Out/18	Mai/19 a Out/19	FINIMP	27.885	108.049
Nov/17 a Jul/18	Nov/18 a Jul/19	4131	64.346	249.327
			<u>92.231</u>	<u>357.376</u>

			31 de dezembro de 2018	
Data da Contratação	Data de vencimento	Cobertura	Valor Nominal	
			EUR mil	Valor em R\$
Ago/18	Ago/19	4131	8.313	36.901
			<u>8.313</u>	<u>36.901</u>

34. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Em 3 de novembro de 2006, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as condições gerais do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), detalhadas a seguir.

Estabeleceu-se no Plano que poderão ser beneficiários do Plano os administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("Beneficiários"). Ainda, foi determinado que as opções outorgadas não excederão o percentual de 3,5% (três e meio por cento) do total de ações do capital da Companhia existentes na data de sua concessão, acrescidas das ações existentes caso todas as opções concedidas nos termos do Plano houvessem sido exercidas. Uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes são objeto de emissão por meio de aumento do capital da Companhia. Também podem ser oferecidas opções de compra de ações existentes em tesouraria.

O plano deve ser administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção deste último, por um Comitê composto por 3 membros, sendo pelo menos um deles necessariamente membro (titular ou suplente) do Conselho de Administração. O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, terá amplos poderes, respeitados os termos do Plano e, no caso do Comitê, as diretrizes do Conselho de Administração da Companhia para a organização e administração do Plano e das outorgas de opções, podendo, inclusive, a qualquer tempo, (i) alterar ou extinguir o Plano; (ii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos; (iii) prorrogar, mas nunca antecipar, o prazo final para o exercício das opções vigentes; e (iv) antecipar o prazo de carência para o exercício das opções vigentes.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, pode criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Programas"), onde serão definidos: (i) os beneficiários, (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga; (iii) o preço de aquisição; (iv) o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida; (v) os prazos e as datas limite para o exercício da opção, bem como as datas em que os direitos decorrentes da opção expirarão, observadas as hipóteses previstas no Plano; (vi) eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção; e (vii) disposições sobre penalidades.

Quando outorgadas opções no âmbito do Plano, cada Beneficiário deve celebrar com a Companhia um Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, o qual contém as condições específicas e individuais de cada outorga, como a quantidade de ações que o Beneficiário tem direito de adquirir com o exercício da opção, o preço de exercício e o prazo no qual as opções podem ser exercidas.

Em 30 de junho de 2016 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração um novo programa que totalizava 1.350.000 opções de compra de ações ("Plano 2016"), divididas em três lotes iguais.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram exercidas 450.000 opções, referente ao lote 1 do Plano de 2016, pelo valor de R\$ 686, sendo utilizado as ações correspondentes em tesouraria. Consequentemente, foram efetuadas as baixas das ações em tesouraria e da reserva de opções correspondentes, nos valores de R\$ 5.521 e R\$ 70, respectivamente, com efeito líquido na reserva de lucros, no valor de R\$ 4.765.

Em consequência dos eventos acima descritos, o plano de 2016 contempla atualmente 900.000 opções.

O segundo lote poderá ser exercido no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019 e o terceiro lote poderá ser exercido no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020. O preço de exercício do segundo e terceiro lote, corrigido pelo IGPM a partir de 30 de junho de 2016 é de R\$ 1,58.

Programa 2016

Lote	Qtd. Opções em Aberto em 31/12/2018	Preço Exercício	Ano Exercício	Preço corrigido pelo IGPM até 31/12/2018	Data Outorga	Preço Opção	Vlr Total Opção	Despesa Aprop em 2018
2	450.000	1,42	2019	1,58	30/06/2016	0,2200	99	(39)
3	450.000	1,42	2020	1,58	30/06/2016	0,2867	129	(37)
							228	(76)

Em 29 de junho de 2017 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração um novo programa que totalizava 1.213.250 opções de compra de ações ("Programa 2017"), divididas em três lotes.

Em 2018 houve uma queda na quantidade de opções referente ao plano de 2017 na quantidade total de 586.000, devido à redução do número de beneficiários. Atualmente o plano contempla 627.250 opções.

O primeiro lote poderá ser exercido a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, o segundo lote poderá ser exercido a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020 e o terceiro lote poderá ser exercido a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021. Cada Lote poderá ser exercido total ou parcialmente até 31 de dezembro de 2021, respeitando o decurso do prazo inicial de carência de cada Lote. O preço de exercício do primeiro, segundo e terceiro lote, corrigido pelo IGPM a partir de 30 de junho de 2017 é de R\$ 3,40.

Programa 2017

Lote	Qtd. Opções em Aberto em 31/12/2018	Preço Exercício	Ano Exercício	Preço corrigido pelo IGPM até 31/12/2018	Data Outorga	Preço Opção	Vlr Total Opção	Despesa Aprop em 2018
1	125.450	3,10	2019	3,40	30/06/2017	1,1399	143	(89)
2	219.538	3,10	2020	3,40	30/06/2017	1,2116	266	(116)
3	282.263	3,10	2021	3,40	30/06/2017	1,3002	367	(123)
							776	(328)

Em 6 de março de 2018 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração um novo programa que totaliza 668.750 opções de compra de ações ("Programa 2018-I"), divididas em três lotes. Em 2018 houve uma queda de 91.000 na quantidade de opções devido à redução do número de beneficiários. Atualmente o plano contempla 577.750 opções.

O primeiro lote poderá ser exercido a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, o segundo lote poderá ser exercido a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020 e o terceiro lote poderá ser exercido a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021. Cada Lote poderá ser exercido total ou parcialmente até 31 de dezembro de 2021, respeitando o decurso do prazo inicial de carência de cada Lote. O preço de exercício do primeiro, segundo e terceiro lote, corrigido pelo IGPM a partir de 6 de março de 2018 é de R\$ 3,83.

Programa 2018 - I

Lote	Qtd. Opções em Aberto em 31/12/2018	Preço Exercício	Ano Exercício	Preço corrigido pelo IGPM até 31/12/2018	Data Outorga	Preço Opção	Vlr Total Opção	Despesa Aprop em 2018
1	115.550	3,45	2019	3,83	06/03/2018	0,6491	75	(70)
2	202.213	3,45	2020	3,83	06/03/2018	0,7912	160	(67)
3	259.987	3,45	2021	3,83	06/03/2018	0,9000	234	(63)
							469	(200)

Em 25 de abril de 2018 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração um novo programa que totaliza 254.700 opções de compra de ações ("Programa 2018 - II"), com apenas um lote. O lote poderá ser exercido de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021. O preço de exercício do lote único, corrigido pelo IGPM a partir de 25 de abril de 2018 é de R\$ 3,66.

Programa 2018 - II

Lote	Qtd. Opções em Aberto em 31/12/2018	Preço Exercício	Ano Exercício	Preço corrigido pelo IGPM até 31/12/2018	Data Outorga	Preço Opção	Vlr Total Opção	Despesa Aprop em 2018
1	254.700	3,44	2021	3,66	25/04/2018	1,1347	289	(71)
							289	(71)

35. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia realizou as seguintes atividades que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa dos referidos exercícios:

a) Aquisição de investimento

Em 31 de dezembro de 2018 a controlada indireta Positivo Smart Tecnologia Ltda. adquiriu 80% do capital social da ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. pelo valor de R\$ 26.250 a ser pago no período máximo de cinco anos, em condições e prazos específicos, descritos na nota 5.

b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 9.537 referente a utilização de depósitos judiciais na liquidação do PERT – Programa Especial de Regularização Tributária.